

# Capítulo II

## Imprensa portuguesa (1820-1864): da turbulência à estabilidade

*The Portuguese press (1820-1864): from turbulence  
to stability*

**Jorge Pedro Sousa**

Universidade Fernando Pessoa  
e ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA  
jpsousa@ufp.edu.pt  
ORCID ID: 0000-0003-0814-6779  
CIÊNCIA ID: 4110-C40A-9ACF

**Resumo:** Entre 1820 e 1864, a imprensa portuguesa foi abandonando o seu carácter artesanal e deu os primeiros passos rumo à industrialização, apesar da turbulência social registada entre 1820 e 1851. A solidificação dos *jornais políticos* foi o eixo principal do desenvolvimento da imprensa nesse período, podendo ser dado o exemplo do diário *A Revolução de Setembro*. A conquista da liberdade de imprensa, plasmada nos textos constitucionais, permitiu a solidificação desse segmento dos jornais impressos, sustentado por um modelo de negócio que ia buscar receitas às assinaturas, aos patrocínios privados e, mais residualmente, às vendas em banca. Ao tempo, os jornais politicamente orientados, que, na verdade, se foram tornando, cada vez mais, político-noticiosos, dominaram a imprensa e tinham forte impacto social. A paisagem jornalística, cuja segmentação se iniciou, em Portugal, no século XVIII, primou, no entanto, por uma crescente diversidade. As revistas, muitas delas ilustradas, como *O Panorama*, também tiveram forte presença no país, atingindo fatias consideráveis de um público mais diverso do que o dos jornais políticos. Apresentavam conteúdos ecléticos, que cruzavam a cultura com a promoção do conhecimento, mesclados, por vezes, com notícias da atualidade e propostas de entretenimento. Várias dessas revistas tiveram no *enciclopedismo*, primeiro, e no *publicismo*, depois, as suas linhas editoriais. Contudo, apesar de algumas tentativas de popularização da imprensa, por meio da publicação de periódicos de baixo preço, jornais e revistas circularam, principalmente, entre as elites masculinas alfabetizadas que tinham interesse na política e se envolviam nos assuntos públicos. Apesar da transição em curso para uma sociedade crescentemente urbana e pré-industrial, caracterizada por progressos na escolaridade, na industrialização, no investimento público na construção de infraestruturas e, enfim, na modernização do país, revistas e jornais eram bens caros, inacessíveis à generalidade dos portugueses e de difícil leitura e assimilação pelos menos letrados. A sua difusão colidia com a pobreza e com o analfabetismo da esmagadora maioria da população, arredada dos mecanismos de decisão política e dos circuitos culturais. Ainda assim, acompanhando a evolução da sociedade, o carácter artesanal de alguns dos empreendimentos jornalísticos foi cedendo à marcha dos tempos, perante a crescente aceitação de projetos jornalísticos mais sólidos, pré-industriais, alicerçados em empresas que, nalguns casos, adquiriram uma certa dimensão. No fim do período, o nascimento do *Diário de Notícias* representa, simbolicamente, a transição para um modelo de jornalismo industrializado, orientado para o mercado (*jornalismo como negócio*), que recuperou a notícia de interesse geral, facilmente assimilável mesmo por pessoas com défices de literacia, como matéria-prima dos jornais. A notícia tornou-se, no entanto, uma *mercadoria*. O novo modelo industrial e mercadológico de negócio jornalístico gerava receitas — e lucro — por meio da captação de anúncios publicitários. Indo buscar a fatia maior das suas receitas à publicidade, jornais e revistas puderam ser vendidos a baixo preço, fatores igualmente determinantes para o aumento da sua difusão e circulação e, de certa forma, para a sua independência.

**Palavras-chave:** história da imprensa; história dos jornais; história das revistas; Portugal (1820-1864)

**Abstract:** Between 1820 and 1864, the Portuguese press gradually abandoned its artisanal character and took the first steps towards industrialization, despite the social turbulence registered between 1820 and 1851. The solidification of *political newspapers*, such as the daily *A Revolução de Setembro*, was the main axis of the development of the press. The conquest of the freedom of the press, protected in the constitutional texts, allowed the solidification of this segment of newspapers, supported by a business model that drew revenues from subscriptions, private sponsorships and, residually, from newsstand and street sales. Political newspapers, which, in fact, increasingly paid attention to news, dominated the press and had a strong social impact. Journalistic landscape, whose segmentation began, in Portugal, in the 18th century, was, however, characterized by a growing diversity. Magazines, many of them illustrated, such as *O Panorama*, also had a strong presence in the country, reaching considerable slices of a more diverse audience than the political newspapers. They presented eclectic contents, which crossed culture with the promotion of knowledge, sometimes mixed with current affairs, actual news and entertainment proposals. Several of these magazines had *encyclopedism*, first, and *publicism*, later, as their editorial lines. However, despite some attempts to popularize the press by publishing low-priced periodicals (“*penny press*”), newspapers and magazines circulated mainly among the literate male elites who were interested and involved in public affairs. Regardless of the transition to an increasingly urban and pre-industrial society, characterized by small progresses in literacy, industrialization, building of public infrastructures and, in general, by the modernization of the country, magazines and newspapers were expensive goods, inaccessible to the generality of the Portuguese, and they were, also, difficult to be read and assimilated by common people. Their diffusion clashed with the poverty and illiteracy of the overwhelming majority of the population, excluded from political decision-making mechanisms and cultural circuits. Even so, as society evolved, the artisanal nature of many journalistic projects gave way to the growing acceptance of more solid, pre-industrial projects, based on companies that, in some cases, grew to a certain size. At the end of the period, the birth of *Diário de Notícias* symbolically represents the transition to a model of industrialized and market-oriented journalism

(*journalism as business*), which, as in the 17th century, recovered the news of general interest, easily assimilated even by people with literacy deficits, as the raw material of newspapers. News, however, became a *commodity*. The new industrial and market-oriented model of journalistic business generated revenue — and profit — by capturing advertising. Drawing the lion's share of their revenue from advertising, newspapers and magazines could be sold at low prices, increasing their diffusion and circulation.

**Keywords:** history of the press; history of newspapers; history of magazines; Portugal (1820-1864)

## Introdução

O século XIX foi o século em que Portugal se desamarrou das amarras do Antigo Regime e se amodernou, política, social, económica e culturalmente. Simbolicamente, o século XIX português começa, mesmo, com a Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820, que, no que ao jornalismo<sup>1</sup> diz respeito, permitiu que, pela primeira vez, Portugal experimentasse a liberdade de imprensa.

O processo modernizador que se seguiu à revolução, contudo, teve pouco de pacífico e muito de turbulento. Testemunham-no os retornos cíclicos ao Absolutismo, entre 1826 e 1834, as revoltas, como a afamada Revolução de Setembro, em 1836, e as guerras civis de 1832 a 1834 e de 1847.

O jornalismo não foi imune à tumultuosa mudança em curso no país. Aumentaram as necessidades de informação, cultivo cultural e reforço ideológico para a interpretação do mundo, que jornais<sup>2</sup> e revistas<sup>3</sup> podiam satisfazer. O processo transformador que os portugueses vivenciaram solidificou a *dependência social do jornal*. A imprensa expandiu-se, assim, pela totalidade do território nacional, ainda que Lisboa e, secundariamente, o Porto e Coimbra, esta cidade por ser sede da única universidade do país, fossem os centros da produção jornalística.

Num mundo instável, as elites masculinas envolvidas ou simplesmente interessadas nos negócios públicos dependiam dos jornais para se informarem, cultivarem e doutrinarem, podendo, assim, orientar melhor a sua vida e interagir social e politicamente. Dependiam,

---

1 Usaremos, aqui, uma conceção ampla de *jornalismo* como uma atividade organizada de difusão massiva de notícias e opiniões na sociedade, por meio de dispositivos adequados.

2 Em bom rigor, um jornal é relativo à *jorna*, portanto um registo da jorna e, por consequência, um *diário*. Mas o conceito alargou-se ao conjunto de periódicos impressos focados nos assuntos da atualidade, independentemente da sua periodicidade ser diária, semanal ou outra. É essa conceção lata de jornal que aqui se emprega.

3 As revistas distinguem-se dos jornais por serem publicações que “passam em revista” uma gama variada de assuntos, alguns deles *intemporais* (isto é, cuja importância não se esgota na atualidade). As revistas propõem informação, muita dela não noticiosa, e também, não raras vezes, cultura e entretenimento, aos seus leitores.

igualmente, dos jornais para se afirmarem, sobressaindo entre os seus pares, por meio da intervenção pública e da exibição dos seus dotes retóricos e literários. Um indivíduo ilustrado que quisesse destacar-se, literária ou politicamente, nada era sem a imprensa. Quando uma personalidade não tinha dotes, tempo ou paciência para colaborar com a imprensa, precisava de ter, pelo menos, poder e meios financeiros suficientes para patrocinar jornais que lhe fossem favoráveis.

Nasceu, assim, no rescaldo da Revolução Liberal de 1820, uma imprensa politicamente combativa, caracterizada pelo seu carácter *artesanal* e pela gritaria panfletária desbocada da maioria dos periódicos dessa índole, redigidos e editados, com frequência, por indivíduos isolados que queriam fazer ecoar publicamente a sua voz e lograram conquistar e cultivar determinados segmentos de público.

Os movimentos políticos que se foram constituindo como partidos, principalmente após o sucesso da Revolução de Setembro, em 1836, e, mais tarde, após o triunfo do movimento regenerador, em 1851, também cultivaram a imprensa. Os jornais garantiam que a luta política extravasasse as paredes do parlamento e ecoasse na sociedade.

O desenvolvimento de uma imprensa de cariz político e político-noticioso, ligada mais a partidos e movimentos políticos do que a indivíduos isolados, mais sofisticada, empresarializada, que pode mesmo ser considerada *pré-industrial*, foi a característica mais marcante da história do jornalismo português, entre 1834 e 1864. Essa tendência é particularmente evidente após o apaziguamento da situação política, com a Regeneração, em 1851. Efetivamente, entre 1851 e 1890, o país viveu momentos de certa tranquilidade política, que se refletiram na construção de infraestruturas, numa incipiente industrialização e, no que à imprensa diz respeito, na melhoria da qualidade e estabilidade dos projetos jornalísticos. A imprensa política, inclusivamente, moderou-se. Foi visível a adoção de princípios de urbanidade e boas-maneiras na confrontação política por meio dos jornais, que conduziram a uma certa contenção e distensão discursivas — só quebradas, mais tarde, por alguma imprensa republicana, conduzida por jornais radicais, como *O Mundo*, sobretudo no início do século XX.

Em 1864, finda o período aqui estudado da história do jornalismo português. O seu fim é assinalado, simbolicamente, pelo surgimento do *Diário de Notícias*, primeiro projeto jornalístico consistente português de *jornalismo como negócio*. A partir de 1864, já se entra num novo período da história do jornalismo português — o da industrialização da imprensa, assinalado pelo aparecimento e desenvolvimento dos diários de massas, de baixo preço, fossem estes predominantemente noticiosos<sup>4</sup> e independentes; ou fossem estes político-noticiosos, quando aliavam a informação à intervenção e doutrinação política<sup>5</sup>.

4 Casos do *Diário de Notícias* e, mais tarde, de *O Século*, apesar deste jornal ter surgido como um diário republicano.

5 Casos de *A Revolução de Setembro* e, mais tarde, de *O Mundo*, por exemplo.

Nessa atmosfera, o século XIX foi, por isso, o século em que a *cultura do jornal* se afirmou no país. Aliás, a conjuntura política retomada com o triunfo liberal na Guerra Civil (1834) e prosseguida com o Setembrismo (1836), primeiro, e com a Regeneração (1851), depois, favoreceu o movimento jornalístico e a segmentação da imprensa. Periódicos voltados para a promoção da cidadania pela via da promoção do conhecimento (*publicismo* e *enciclopedismo*), vários deles ilustrados com abundante iconografia, e periódicos especializados, frequentemente associados à economia e comércio, às ciências e medicina ou às artes e cultura (música, teatro, artes plásticas...), acompanharam os periódicos políticos e político-noticiosos na composição de uma paisagem mediática diversa, dinâmica e atraente para um público que, apesar das reduzidas taxas de alfabetização e da pobreza, ia crescendo, graças à incorporação de operários instruídos, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes, caixeiros e outros funcionários de serviços entre o público leitor.

Por outro lado, a circulação de informações e de periódicos acelerou-se e facilitou-se, graças à melhoria das comunicações, simbolizada pelo telégrafo e pelo caminho-de-ferro, ambos a partir de 1856<sup>6</sup>. Os serviços de correio não foram alheios ao sucesso da imprensa — permitindo que as pessoas recebessem, comodamente, os jornais e revistas que subscreviam nas suas casas.

### 2.1. O periodismo artesanal vintista e pós-vintista (1820-1834)

A Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820 e a conseqüente instituição de um certo grau de liberdade de imprensa, com acolhimento legal e constitucional, detonou o aparecimento, em Portugal, de um numeroso número de jornais de intervenção política, que resultaram da iniciativa de indivíduos isolados ou de pequenos grupos de homens. Arcaicos na forma e no conteúdo, com um design sofrível<sup>7</sup>, artesanais, esses periódicos recorreram a uma retórica exuberante, às vezes desbocada e insultuosa, que foi buscar muitos elementos à oratória<sup>8</sup>.

Os combativos periódicos políticos vintistas — das várias correntes liberais e absolutistas — introduziram o *político* na sociedade portuguesa e contribuíram para a expansão e solidificação de uma *cultura do jornal impresso* em Portugal. Digladiaram-se intensa e vivamente, providenciando a o alargamento de um novo *espaço público*, em torno das correntes

6 Em 1856, foi inaugurada a primeira linha telegráfica, sendo o serviço aberto ao público em 1857. Em 1860, as linhas telegráficas já tinham cerca de dois mil quilómetros de extensão. Conectavam, nomeadamente, as principais cidades. O telefone, porém, só foi introduzido em Portugal em 1892.

7 Normalmente, os periódicos vintistas apresentavam um formato *in-quarto*, sendo paginados a uma ou duas colunas. O título encimava a primeira página (cf. figura 1).

8 A grande referência que os periodistas do Vintismo tinham era, precisamente, a oratória sagrada, praticada pelo clero nos púlpitos das igrejas.

de opinião que sustentavam. Não foram, no entanto, uma absoluta novidade entre os portugueses. Antes deles, Portugal teve uma imprensa política anti-napoleónica, entre 1807 e 1811. Teve, também, uma imprensa política e publicista durante a Primeira Emigração<sup>9</sup>. Também não inovaram no modelo de negócio. Subsistiam, tal como os seus predecessores, das receitas das assinaturas, vendas diretas e, eventualmente, do patrocínio de mecenas que, entendendo o papel fulcral que a imprensa tinha nos mecanismos de poder, queriam controlar jornais que lhes fossem favoráveis.

A racionalidade que, idealmente, caracterizaria o debate público, raramente pautava, ao tempo, o discurso periodístico. Os periódicos vintistas e pós-vintistas eram artefactos artesanais, que orbitavam em redor de um único indivíduo ou de um pequeno grupo de indivíduos, que deles se serviam para divulgar os seus pontos de vista. Configuravam, no entanto, um novo paradigma comunicacional público e orientado para a intervenção política, no qual o periodista, ou jornalista, assumia a *centralidade*. Um político, aliás, tinha, frequentemente, de brilhar por meio de um jornal. Ou tinha de ter ao seu serviço jornais que o fizessem brilhar. Os clérigos, que até então, a partir do púlpito, detinham quase um monopólio da voz pública, viram-se relegados a um papel secundário no contexto da comunicação política pública, a ponto de a Igreja Católica se ter visto forçada a criar os seus próprios meios de comunicação social para influenciar os novos públicos que se constituíam em redor da imprensa.

Assim, em Portugal, ao longo do século XIX, a política, anunciada, estrepitosamente, pela nova imprensa combativa, substituiu a religião enquanto foco da vida social. A sociedade portuguesa moderna e contemporânea, mesmo que marcada pela religião, pôde redefinir-se em torno de uma laicidade crescente. A voz do clero, outrora omnipresente a partir dos inúmeros púlpitos das igrejas, perdeu importância perante a nova voz pública do periodista político, cujos escritos simbolizam, no domínio dos ideais, ainda que nem sempre da realidade experimentada, o espaço racional, e já não religioso e dogmático, de uso da razão crítica. O escrito político veiculado através da imprensa tornou-se, pois, o espaço privilegiado para o desenvolvimento da argumentação política e da crítica, alimentando, com temas e com enquadramentos interpretativos para estes temas, a conversação pública. O espaço público português foi-se deslocalizando para o espaço simbólico da imprensa. Por isso, esse espaço público alargou-se, permitindo a participação de mais cidadãos, nem sempre mais cultos e mais alfabetizados, nos processos políticos e nas discussões políticas.

Por meio da imprensa política combativa, os periodistas portugueses afirmaram o seu poder simbólico. Começaram, mesmo, a experimentar novos géneros jornalísticos, como o

---

<sup>9</sup> Por “Primeira Emigração” entende-se a vaga de exilados portugueses fugidos à repressão absolutista, que encontraram refúgio em Inglaterra e em França, onde publicaram periódicos políticos e publicistas. Vários deles circularam clandestinamente em Portugal e no Brasil.

artigo de fundo, ou simplesmente *fundo*, que antecedeu o editorial político. Foi no artigo de fundo que o periodista, consciente do seu papel e do seu poder, melhor plasmou, simbolicamente, a sua nova condição de autoassumido representante, ainda que não eleito, de um grupo político ou mesmo da sociedade em geral, do povo ou nação.

Os periódicos vintistas e pós-vintistas promoveram, assim, não somente o *hábito do jornal*, até porque, escritos, frequentemente, numa linguagem rasteira e vulgar, cultivavam os menos eruditos, mas também o *hábito* de usar este instrumento impresso para discussão e crítica dos assuntos da política, do governo e das relações internacionais, entre outros, tornando-os públicos e tornando o sentido dos discursos alvo de disputa simbólica, ideológica e política.

Já havia, ademais, um *público* para as publicações periódicas. Mais precisamente, a imprensa, na sua diversidade, cultivava *públicos*, que se iam constituindo, por adesão e identificação, à volta de cada título. Disseminava informações e ideias. Noticiava. Entretinha quem a lia. Alimentava conversas e discussões nas casas, na rua, nas empresas, nos cafés, tavernas e clubes, na Corte e nas Cortes. Promovia conhecimentos, distanciando, socialmente, quem os adquiria por lhes ter acesso de quem não os obtinha por não lhes ter acesso. Fornecia argumentos de substância que podiam ser usados nas conversas e discussões de circunstância. Reforçava identidades políticas, mas também sedimentava a identidade nacional.

A imprensa funcionava, pois, como uma *plataforma de sociabilidade, conhecimento, cultura e entretenimento*. Portugal, na alvorada do século XIX, experimentando os novos tempos trazidos pela Revolução Liberal de 1820, já não podia passar sem ela. Para a controlar, o poder sentiu a necessidade de a regulamentar. Fê-lo por meio de várias portarias e leis, a primeira das quais, de 21 de setembro de 1821, regulou a liberdade de imprensa, tendo sido reforçada, a 12 de julho de 1821, por uma lei com o mesmo fim. A Constituição de 1822 acolheu, igualmente, o princípio da liberdade de imprensa.

Assim, durante o Primeiro Liberalismo (1820-1823), o País beneficiou pela primeira vez, da liberdade de imprensa. Todavia, foi mantida a censura prévia para certos assuntos relacionados com a monarquia, a religião católica, a chefia do estado, a *Constituição* e as relações internacionais. Mas as condições políticas, entre 1820 e 1823, as divergências no campo liberal, os conflitos de poder entre as autoridades e entre os próprios órgãos do estado e o ritmo intenso de publicação de novos periódicos inoperacionalizaram a censura. Os periódicos de intervenção política e doutrinária tornaram-se dominantes no país.

Além do *Diário do Governo*, diário oficial, sucessor da *Gazeta de Lisboa*, que ecoava publicamente as posições e ideias do governo liberal, entre os numerosos periódicos políticos vintistas podem assinalar-se o *Diário Nacional* (1820), primeiro periódico liberal editado em Portugal; o *Astro da Lusitânia*, um trissemanário liberal radical (1820-1823); o *Campeão Português ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional* (1822-1823), liberal moderado; o *Censor Lusitano ou o Mostrador dos Poderes Políticos e Contraste dos Periódicos* (1822-1823), liberal pró-governamental, diário oficioso do governo; a *Gazeta Universal* (1821-1823), principal periódico

pró-absolutista; e o mais interessante de todos, *O Independente* (1821-1822), liberal moderado.

*O Independente*, liderado por José Joaquim Ferreira de Moura e Manuel Fernandes Tomás, publicado, em Lisboa, entre 1821 (número prospecto) e 1822, foi, entre os periódicos políticos vintistas, o que mais procurou fugir à retórica grandiloquente e agressiva mas, frequentemente, oca, característica do periodismo vintista, para se centrar, com circunspeção, na análise das grandes questões que se colocavam ao desenvolvimento político, económico e social do país. Noticiava, abundantemente, sobre as Cortes. Polemizou, frequentemente, com os jornais ultraliberais — incluindo o popular *Astro da Lusitânia* — e pró-absolutistas. No *Independente*, segundo a avaliação de Alves (2013), estão presentes a maioria dos temas, conceitos e polémicas que marcaram a vida política vintista.

# O INDEPENDENTE.

N.º 1.

QUARTA FEIRA 3 DE JANEIRO DE 1822.

80 réis.

## O NOVO ANNO.

**C**omeçamos o anno de 1822 com um sentimento de nobre orgulho, ao ver o longo espaço moral, que temos decorrido em tão curto tempo; e o quanto nos ficão já longe os esboços, em que ha stultos suffragado as gerações sem aspas curvas, sem que no meio delles tivesse apparecido em Gama politica, que osendo alborar o cabo das tormentas, abrisse uma nova estrada para a felicidade, e abandonasse antigos rotões, que conduziam alternas á escravidão, e á morte. Finalmente estamos em caminho para a terra da promessa; e bem que ainda separados della por longo espaço, ja começamos a desvistar os doces effluvios da sua presença: tão longe se estende a atmosphera do regimen constitucional! Já se não respira o ar abasandor do despotismo; já nos não assusta o seu aspecto só, e selvagem, nem o seu silencio sepulchral. Principios de vida começã de todas as partes a desenvolver-se a nossas oitavas. De todas as partes se extrahã abonos, e se dispõe o terreno do Estado, para receber as novas sementes, que sem de fructificar em utilidade geral da nação. Como navegantes luctados por uma longa tempestade, em que as honras, as fazendas, e as próprias vidas estiverã á discreção dos torões, ainda mal podemos crer, que estamos a salvo; e que a nova direcção, em que navegamos, se nos rapará a novos riscos, se formos ciosos nos novos desventos; ou se tom a nossa inexperiencia por zangão governar a embarcação, que não sabemos desviar dos baixos, em que sempre quasi se cobrada. O homem, que no silencio dos portos contempla a maré a distancia, que hoje o sepa de dia 21 de Agosto de 1810, abraça um horribente naturalismo, e ao mesmo tempo magnifico! Vendo de um lado amontoadas as ruinas do velho edificio, que ameaçava envolver na sua queda os individuos instantes, que o habitava; e do outro, elevar-se o novo Paalho Publico, destinado a consagrar todos os direitos dos cidadãos: vendo elevar neste templo uma estatuã á Liberdade Nacional, que ha tentos seculos jazia por terra, como o Monumento de Trás; vendo em fim um novo prodigio de restructuraçã na construcção de todos os firos do homem, ou desconhecidos, ou postergados: a lei, ser o resultado da vontade de todos, e por isso ser superior á vontade de cadaum; generalidade de encargos da sociedade, assim como os seus benefícios: proclamação os direitos de propriedade, e segurança, como os duas pedras angulares do novo edificio, e que não o remota de toda a lei: vendo todo isto, como dizari ella de reconhecer, que estamos em um país inteiramente novo; que tambem abrimos a porta, de dignos para uma regenera-

ção completa; e que não só não está todo como estava, (segundo a frase de algumas vozeiras politicas) mas que uma grande parte das instituições já está, como novas terras desde os principios da Monarchia; não porque estas a nação não exerceisse todos os seus direitos; mas porque de um lado estas direitos ainda não estiverã assim definidos; e do outro, o governo naquelles tempos era nemem uma sciencia, de que um simples exercicio do poder, e de um poder quasi nullo; pois que entre nós se verificou á letra esta excellente verso:

*Le premier qui fut roi, fut un vilain baron.*

A celebre carta dos ingleses, obida depois dos mais violentos abonos, se a filha primogenita desta liberdade europeã, que depois plantada nas suas Américas, levou lá frutos maiores, e mais salubres, que os de aqui produz. A França adprou a nova planta; mas quando já começava a florcer, todos inesperas se opposerã á sua cultura, e a fizeram degenerar a ponto, que a sua seve se converteo em veneno, e os seus fructos, em fructos de morte. A Hespanha a cultivava com successo, quando uma tempestade a destruiu por terra; e com ella, os trabalhos desta nação heita, que tragava com uma mão o seu novo pacto social, em quanto com a outra combatia os inimigos da patria: até que rebrandado mais forte das suas caixas, cobra hoje com a sua sombra augusta, quantos piveos se dilacerã desde a montanha de Hercules, até ás montanhas de Pyrene. Os venenos, que por vezes a secedem a a fortificã ainda mais. Ha o centro de Libens cujo unico trabalho remota dos temperamentos que agita a sua zona! Menos feliz na Italia; ella crede nos ferros do Norte, que em tropel se despendirão sobre ella, quando, ainda terra vergente, mal tinha profundado a terra: mas esta terra vingou as cinzas estragadas dos Sulpites, e dos Livios, que nella repositã; e de um alto honrã talvez de novo a antiga Roma, como dos demais senoados por Cédulo levandã guerras armadas.

Acabada finalmente no terreno portuguez; a sua vegetação foi logo tão vigorosa, que ella parveto uma planta verdadeiramente indigena do país. Os erros dos Nações, que nos haviam prendido na sua cultura, foram para nós outros tantos lições, que nos illustrã sobre o melhor methodo de a fazer prosperar; e não foi o menor dos nossos traidos, o haver dimentido o proprio barão, e de longas eras amedido, em de que só se ergades com sangue, ha que esta prima fructifera!!! como se a liberdade fosse o Gódo da Scandinavia, o Trankis dos Gallaes, ou o Janero de Carthago: Alguns re-

Figura 1

Primeira página do primeiro número regular de *O Independente*.

Fonte: reprodução do original.



Uma nota somente para relembrar que a imprensa opinativa política vintista, ainda que hegemónica, não perfez todo o universo da grande imprensa portuguesa do período. Entre 1820 e 1823, foram publicados vários periódicos informativos, tais como: o noticioso *Diário Portuense* (1823); o bissemanário *Periódico Mercantil da Cidade do Porto* (1822-1828), especializado em comércio e economia; e o mensário *Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional* (1822-1854), do grémio com o mesmo nome, com conteúdos dedicados à indústria e comércio, mas também às ciências, tecnologias e agricultura.

A partir do início de 1823, adivinhando-se a contrarrevolução absolutista, o regime liberal apertou o controlo sobre a imprensa e adotou medidas repressivas contra periódicos contrarrevolucionários e antigovernamentais, recorrendo, inclusivamente, à censura e a admoestações e inquirições dos seus editores. Por isso, além de terem sido submetidos a práticas censórias, vários jornais desapareceram até abril desse ano.

A partir da Vilafrancada, a 27 de maio de 1823, começou a lenta, mas inexorável, marcha que haveria de reconduzir Portugal ao Antigo Regime e D. João VI ao papel principal na política portuguesa, como Rei absoluto.

A preocupação com os periódicos e outros escritos portugueses publicados no estrangeiro sem serem autorizados pelas autoridades portuguesas foi reforçada com um decreto de 13 de novembro de 1823, publicado no *Diário do Governo* de 15 de novembro do mesmo ano<sup>10</sup>, instituindo penas de multa e prisão, ou de expulsão do território (no caso de estrangeiros), a quem assinasse esses periódicos.

A partir de 1824, as pulsões absolutistas ganharam novo fôlego com a Abrilada, mais um golpe ultraconservador e absolutista protagonizado por D. Miguel, que redundou, não obstante, no exílio deste príncipe e no confinamento da rainha D. Carlota, a mais importante apoiante do filho rebelde, ao palácio de Queluz. O rei D. João VI, com o decisivo apoio do corpo diplomático — particularmente do inglês — permaneceu, até à sua morte, em 1826, a figura-charneira do regime, rejeitando quer os ultraconservadores, quer os liberais.

Em consonância com os acontecimentos, um decreto de 6 de março de 1824, publicado na *Gazeta de Lisboa* de 12 de março de 1824<sup>11</sup>, aboliu a Carta de Lei de julho de 1821 e reinstalou o regime de controlo da imprensa instituído pela Carta de Lei de 17 de dezembro de 1794 e pelo Alvará regulador de 30 de julho de 1795. A censura prévia aos jornais e outras publicações pela Mesa do Desembargo do Paço<sup>12</sup> regressou, assim, ao Reino de Portugal.

A reinstalação do absolutismo régio e a promulgação da lei de 6 de março de 1824, que

10 Pode consultar-se aqui:

[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1823/13Novembro1823/13Novembro1823\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1823/13Novembro1823/13Novembro1823_item1/index.html)

11 Pode consultar-se aqui: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1824/6Marco1824/6Marco1824\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1824/6Marco1824/6Marco1824_item1/index.html)

12 O Desembargo do Paço equivaleria, hoje, grosso modo, ao Supremo Tribunal de Justiça.

revogou a legislação liberal e restabeleceu a censura e o regime de licenças para a fundação de jornais, levou ao decréscimo do número de jornais publicados em Portugal, especialmente no segmento da imprensa política. Além do diário oficial, a *Gazeta de Lisboa*<sup>13</sup>, só foram editados no país periódicos absolutistas (como *O Punhal dos Corcundas* e *O Mastigoforo*), periódicos predominantemente noticiosos ideologicamente ambíguos (caso do *Argos Lusitano*) e periódicos de outra índole, como o feminino *Periódico das Damas*, de 1823-1824.

No estrangeiro, porém, alguns liberais publicaram, durante o regresso ao absolutismo do período 1823-1826, periódicos livres que iam circulando clandestinamente em Portugal, como *O Popular: Jornal Político, Literário e Comercial* (1824-1826), *O Correio Intercetado* (1825-1826), *O Cruzeiro ou a Estrela Constitucional dos Portugueses* (1826-1827) e *O Padre Amaro ou Sovela Política, Histórica e Literária* (1820-1826). Misturando conteúdos políticos, noticiosos e culturais, essa imprensa era significativamente mais interessante e apelativa do que aquela que era publicada no país. Era, igualmente, aguerrida na defesa das convicções dos seus promotores, editores e redatores.

Entretanto, a 10 de março de 1826, D. João VI morre. D. Pedro, imperador do Brasil, é aclamado Rei de Portugal, como D. Pedro IV. Outorga, então, ao país, sem passar por Cortes eleitas pelos cidadãos, uma *Carta Constitucional*, segunda constituição que Portugal teve. A *Carta* vigorou entre abril de 1826 (outorga da *Carta*) até maio de 1828 (aclamação de D. Miguel como rei absoluto), de agosto de 1834 (triumfo liberal) até setembro de 1836 (Revolução Setembrista e restauração provisória da *Constituição* de 1822) e de janeiro de 1842 (golpe de estado de Costa Cabral) até outubro de 1910 (implantação da República), perfazendo um total de 72 anos não ininterruptos. Ao longo desse tempo sofreu quatro revisões — os *Atos Adicionais*. Em todas as suas versões, a *Carta Constitucional* estatuiu o princípio da liberdade de imprensa.

A liberdade de imprensa foi, no entanto, logo regulada por uma portaria de 21 de agosto de 1826<sup>14</sup>. A nova legislação obrigava a que os escritos sobre a Igreja Católica fossem submetidos à Mesa do Desembargo do Paço; proibia escritos ofensivos para com o rei ou a infanta regente, a futura D. Maria II, bem como escritos que exortassem à desobediência às leis e autoridades, expusessem a vida privada dos cidadãos, prejudicassem as relações com outros estados, ofendessem a moral ou fossem anónimos. Permitia, por outro lado, a análise das leis e dos atos dos funcionários públicos e governantes e a exposição de crimes públicos. Facultava, também, a adoção de medidas contra os abusos de liberdade de imprensa e seus autores.

13 O *Diário do Governo* voltou a adotar o título *Gazeta de Lisboa* entre 5 de junho de 1823 e 23 de julho de 1833. No período, a *Gazeta* foi redigida por Joaquim José Pedro Lopes José Luís Pinto Queiroz, José Liberato Freire de Carvalho, José Basílio Rademaker e António Vicente Dellaneve, entre outros.

14 Pode consultar-se aqui: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1826/21Agosto1826/21Agosto1826\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1826/21Agosto1826/21Agosto1826_item1/index.html)

A promulgação da *Carta Constitucional* gerou divisões políticas. Os absolutistas contestaram vivamente a nova ordem constitucional. Os liberais dividiram-se entre os que defendiam a *Constituição* de 1822 (“progressistas”, especialmente membros da baixa e média burguesia, que estiveram, mais tarde, na génese do movimento setembrista), e os que defendiam a *Carta Constitucional* (conservadores, mais tarde conhecidos como “cartistas”, essencialmente membros da alta burguesia e da alta nobreza). A cisão entre os liberais conduziu, após 1834, à instabilidade política e militar que agitou o país até à Regeneração, em 1851.

Na vigência da *Carta Constitucional* criaram-se, não obstante, condições para o aparecimento de novos periódicos, até 1828, sendo de realçar, nomeadamente, *O Português* (1826-1827) e o *Periódico dos Pobres* (1826-1848).

*O Português: Diário Político, Literário e Comercial* (figura 3) foi um influente e moderno diário matutino político e noticioso de tendência cartista moderada, mas independente. Foi redigido e editado por Almeida Garrett (figura 2), mentor do projeto e um dos inovadores no jornalismo português de Oitocentos. Montou uma rede de correspondentes nas principais cidades portuguesas, em Londres e em Paris. Publicado entre segunda-feira e sábado, saía, pontualmente, às 9 horas, feito único entre os jornais da época. A sua tiragem ascendeu a dois mil exemplares, dos quais 1500 eram vendidos por assinatura (chegaria, portanto, a cerca de dez mil leitores, se cada exemplar fosse lido, em média, por quatro ou cinco pessoas). O preço por exemplar avulso era de 60 réis.



**Figura 2**  
Almeida Garrett.  
Fonte: recuperada da Web  
[[https://pt.wikipedia.org/wiki/Almeida\\_Garrett](https://pt.wikipedia.org/wiki/Almeida_Garrett)].

A partir de abril de 1827, *O Português* começou a ter problemas com a Comissão Geral de Censura, tendo-se queixado às autoridades de que a retirada do seu censor privativo impedia a sua publicação diária, já que os censores não reuniam com assiduidade exigida. Cessou a publicação a 17 de setembro de 1827, data em que foi suspenso e o mentor do projeto, Almeida Garrett, foi preso, tal como outros colaboradores, acusados de se encontrarem entre os promotores das manifestações a favor da ordem liberal que ficaram para a história com a designação de Archotadas (julho de 1827).

*O Português* foi o primeiro periódico nacional a ser publicado num formato maior do que o tradicional *in-quarto*. Conforme anunciou, podia, assim, publicar “amplíssimos extratos das Cortes Gerais nas duas câmaras” — narrações objetivas e cronológicas das sessões. Foi também o primeiro jornal português a adotar uma estrutura empresarial, sob a forma de sociedade por ações. A empresa, com tipografia própria, empregava cerca de cem trabalhadores.

Foi no *Português* que surgiu, nos jornais portugueses, pela mão de Garrett, o género do *folhetim*, que deixaria a sua marca na imprensa de Oitocentos e muito contribuiu para a sua popularização. Ainda que o primeiro folhetim português não tivesse sido um conto ou novela por capítulos, conforme depois se tornou moda, mas antes uma crónica crítica sobre uma ópera (28 de abril de 1827), já reunia algumas das características do género.

Já *O Periódico dos Pobres* (figura 4) foi um dos primeiros jornais populares de baixo preço (quando comparado com os preços habituais) publicados em Portugal. Com quatro páginas, atingiu, rapidamente, uma tiragem de três mil exemplares, feito notável para a época, que progrediu até aos seis mil exemplares, dos quais cinco mil vendidos por assinatura (poderá, assim, ter conquistado cerca de 25 mil leitores diretos, considerando que cada exemplar poderia ser lido por quatro a cinco pessoas). Tornou-se diário a partir do número 11. O “baixo preço” de dez réis (tendo em conta que os jornais políticos tradicionais podiam custar três a seis vezes mais) tornava-o “popular” no custo, ainda que não tanto na linguagem. Lançado a 30 de setembro de 1826, teve uma vida relativamente longa para o que era timbre na época, já que o seu último número data de 31 de março de 1848. Ideologicamente inócuo e muito noticioso para escapar à censura absolutista, teve, ainda assim, vários problemas com as autoridades, quer logo em 1826, em que foi suspenso, quer durante o Miguelismo, de 1828 a 1834, anos durante o qual viu a sua publicação igualmente suspensa, em alguns momentos. Após o triunfo liberal na Guerra Civil, assumiu um perfil editorial cartista (direita liberal), ainda que moderado, dando sequência, aliás, à matriz ideológica com que tinha nascido, em 1826. Foi redigido e editado por António José Cândido da Cruz, que merece, a par de Garrett e, mais tarde, de Herculano e de Eduardo Coelho, ser considerado um dos inovadores do jornalismo português em Oitocentos. Nos primeiros tempos, associou-se ao projeto o dono da tipografia em que foi impresso, João Nunes Esteves, que se desligou do empreendimento para fundar o *Periódico para os Pobres*.

*O Periódico dos Pobres* já apontava para um modelo de negócio baseado num baixo preço de comercialização, conforme viria a ser típico dos jornais industriais. Num certo sentido, inaugurou o “jornalismo popular” em Portugal. O seu aparecimento mostra que algumas das ideias que estavam, na mesma época, a permitir a lenta transformação “industrial” da imprensa norte-americana e europeia também ecoavam em Portugal.

Portanto, em boa verdade, uma das inovações mais interessantes para o desenvolvimento futuro do jornalismo português não veio do jornalismo estritamente político e erudito, mas sim do jornalismo político-noticioso “popular” — entendido, no entanto, mais como um jornalismo “de baixo preço” do que como jornalismo com linguagem e temas de interesse para a generalidade da população.



**Figura 3**  
Primeira página do primeiro número de *O Português*.  
Fonte: reprodução do original.



**Figura 4**  
Primeira página do primeiro número de *O Periódico dos Pobres*.  
Fonte: reprodução do original.

A partir de meados de 1827, o rumo político do país alterou-se. Os liberais foram perdendo a sua posição de força. Os censores intensificaram a sua ação, mas, desta vez, fazendo a defesa do Absolutismo. Os mais importantes periódicos do campo liberal sofreram a interferência da censura. As autoridades também se apressaram a substituir o então redator da *Gazeta de Lisboa*, o liberal José Liberato Freire de Carvalho, pelo absolutista José Basílio Rademaker.

Em 1828, D. Miguel foi proclamado rei absoluto de Portugal. Durante o seu reinado, a repressão abateu-se, novamente, sobre a imprensa, que, tacitamente, voltou a ser controlada nos mesmos termos do Antigo Regime, vertidos para a Carta de Lei de 6 de março de 1824. Vários cidadãos-jornalistas foram presos (como Almeida Garrett, editor de *O Português*). Outros tiveram de exilar-se. Pelo menos um jornalista e político liberal foi condenado à morte: José Sousa Bandeira, editor de *O Azemel Vimaranense*, de Guimarães (acabou por não morrer na forca devido à entrada providencial do exército liberal em Lisboa).

Os escassos jornais que se publicaram legalmente em Portugal Continental no período miguelista, além da oficial *Gazeta de Lisboa*, ou eram inócuos para o Absolutismo (caso, por exemplo, da *Folha Comercial do Porto*, publicada entre 1828 e 1836), ou enalteciam a figura de D. Miguel. Distinguiram-se, nessa tarefa, entre outros, o padre José Agostinho de Macedo, editor de *A Besta Esfolada* e *O Desengano*; o padre Alvito Buela Pereira de Miranda, editor de *Defesa de Portugal*; Francisco Recreio, redator e editor de *O Cacete*; e ainda outro religioso, frei Fortunato de São Boaventura, editor de *A Contra Mina* e de *O Mastigoforo*, que tinha surgido já em 1824 e durou até 1829.

As perseguições políticas desencadeadas em Portugal pelos absolutistas originaram, por outro lado, uma segunda emigração de liberais, em número bastante superior aos da primeira vaga emigratória. Alguns desses novos exilados liberais rumaram a Espanha, França e Inglaterra. Reproduzindo a situação verificada anos antes, aí editaram jornais políticos (alguns deles também satíricos) e político-noticiosos, que enviavam, clandestinamente, para Portugal. A estes podem ser adicionados, no campo liberal, já no período da Guerra Civil, os jornais publicados nos Açores, designadamente a *Crónica da Terceira*; e os jornais publicados no Porto, nomeadamente a *Crónica Constitucional do Porto*. Os periódicos liberais refletiam, não obstante, as divisões no campo liberal — os moderados e anglófilos, defensores da *Carta Constitucional* de 1826 e da regência de D. Pedro, agrupavam-se em torno do duque de Palmela e do chefe liberal, D. Pedro, duque de Bragança<sup>15</sup>; os mais radicais e francófilos, defensores da *Constituição* vintista, congregavam-se em torno do marechal duque de Saldanha.

Os redatores escreviam sobre o que observavam, o que iam sabendo ou mesmo, quiçá, o que lhes mandavam escrever os seus altos patrocinadores, não se abstendo de copiar — e traduzir — textos de outros periódicos. Por vezes, publicavam cartas dos leitores (algumas das quais meramente inventadas, para induzir a sensação de diálogo) e outras colaborações literárias, políticas e publicistas. Os periódicos oficiosos — a *Crónica da Terceira* e, mais tarde, a *Crónica Constitucional do Porto* — publicavam, também, as resoluções, nomeações e legislação promulgada pelo poder liberal. Todos os jornais dependiam do patrocínio de mecenas

15 Rei de Portugal, como D. Pedro IV; primeiro Imperador de Brasil, como D. Pedro I, de cujo trono abdicou em favor do seu filho, o Imperador D. Pedro II, para se colocar à frente das forças liberais na guerra civil contra os absolutistas.

ricos envolvidos na política ou do apoio financeiro direto das autoridades, das assinaturas e, mais residualmente, das vendas diretas. Além de granjear reputação aos editores, redatores e colaboradores, editar um periódico era, por vezes, uma ocupação rentável, que contribuía, tal como tinha ocorrido durante a Primeira Emigração, para o sustento destes indivíduos.

## 2.2. A imprensa pré-industrial (1834-1864)

### 2.2.1. A imprensa até à Regeneração (1834-1851)

Em 1834, o triunfo liberal na Guerra Civil e a retoma da *Carta Constitucional* de 1826 reinstalou, em Portugal, um modelo normativo de jornalismo fundado no princípio da liberdade de imprensa. Nova legislação reguladora foi publicada no *Diário do Governo* de 22 de dezembro de 1834<sup>16</sup>. Basicamente, estatuiu os mesmos princípios da legislação de 21 de agosto de 1826, estabelecia as penas para os abusos de liberdade de imprensa, regulava a instrução dos processos relativos aos delitos de abuso de liberdade de imprensa e alargava o carácter regulador da nova legislação à instalação e funcionamento de oficinas de tipografia e gravura. A imprensa portuguesa floresceu, reforçando a formação de correntes de opinião entre as elites que acompanhavam os assuntos públicos.

Após 1834, o desenvolvimento da imprensa em Portugal é caracterizado pela afirmação da imprensa política partidária — ainda que os movimentos políticos, numa fase meramente embrionária, tivessem, à época, uma dimensão relativamente inorgânica. Os principais jornais desse tempo, normalmente, têm uma estrutura empresarial e, muitas vezes, possuem tipografia própria, apresentando, portanto, características *pré-industriais*. Diferenciam-se dos jornais da geração anterior “por dois [aspectos] fundamentais: maior segurança nos processos jornalísticos e apetrechamento técnico mais desenvolvido” (Tengarrinha, 1989, p. 153). Tinham uma sede urbana que dava presença física ao título. O edifício albergava a redação, serviços administrativos e de expedição e, quando existia, a tipografia. Criar um jornal obrigava a pensar, portanto, na sustentabilidade de uma estrutura cada vez mais pesada, que exigia crescentes meios tecnológicos, financeiros e humanos, alimentada, sobretudo, com o dinheiro das vendas e de patrocínios políticos e, só mais tarde, dos anúncios publicitários.

Apartir de meados da década de 1840, os periódicos políticos apresentam-se, cada vez mais, não como títulos independentes, de indivíduos sós ou de pequenos grupos empreendedores,

16 Pode consultar-se aqui: [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1834/22Dezembro/22Dezembro\\_item1/P5.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1834/22Dezembro/22Dezembro_item1/P5.html)

mas sim como vozes públicas dos movimentos políticos. Ainda se socorreram, amiúde, como os seus antepassados vintistas, de uma retórica inflamada e agressiva que, por vezes, roçava o insulto, a insinuação torpe e a calúnia. No entanto, acentuou-se a tendência para a solidificação de um modelo de jornalismo político-noticioso, que agregava informação de atualidade e especificamente noticiosa à retórica política. Os jornais, mesmo que tivessem uma matriz política e partidária, tinham, também, de se orientar para a atualidade, mesmo fazendo leituras políticas dos acontecimentos e problemas do quotidiano. A partir de 1834, tornou-se cada vez menos possível a um periódico sobreviver da pura retórica desbocada que tinha sido imagem de marca de uma certa imprensa política arcaica, simbolizada por vários jornais vintistas. O público habituou-se, efetivamente, a esperar de um periódico informação nova. Notícias, enfim. Cada vez menos um jornal podia desprezar a novidade.

Mais sofisticados e complexos, os jornais portugueses pré-industriais começaram, igualmente, a organizar melhor os conteúdos, tendência que se acentuou a partir de 1840. Abriam, normalmente, com uma “parte oficial”, na qual se registavam, principalmente, os diplomas legais que iam sendo promulgados e os atos oficiais. Seguia-se, habitualmente, a parte nobre do jornal — o *fundo*. O artigo de fundo, antepassado do editorial, era o elemento fulcral do jornal, no qual este, pela pena do redator principal, apresentava a sua interpretação da atualidade política. Por isso, ser redator principal e poder redigir o artigo de fundo era a grande ambição daqueles que colaboravam nos jornais políticos. Apareciam, depois, outros artigos, notícias (em número reduzido), informações de utilidade pública (como os movimentos de navios e as taxas de câmbio) e anúncios.

Com o passar do tempo, a redação deixou de ser um espaço meramente frequentado pelos promotores e redatores políticos e literários do jornal para se converter num local de trabalho quotidiano, com uma estrutura organizada e hierarquizada, na qual assumia especial preponderância o redator principal. Mais tarde teriam também protagonismo na redação o chefe de redação, coordenador e supervisor do trabalho dos jornalistas, e o secretário de redação, que se encarregava de um conjunto de tarefas que podiam ir da planificação do trabalho às questões administrativas e burocráticas, passando, ainda, pelos contactos com colaboradores e fontes de informação.

Essa geração pré-industrial de jornais combativos e partidários, mais sofisticada do que a geração anterior na forma e no conteúdo, acentuou a expansão do debate político para fora das paredes das Cortes. O diário *A Revolução de Setembro* (1840-1892, ressurgindo, esporadicamente, em 1901 — figura 5) é exemplar. Nele distinguiu-se o paradigma do jornalismo político oitocentista português, António Rodrigues Sampaio (figura 6), um homem que fez uma combativa carreira periodística que lhe valeu ascender à chefia do governo. Inicialmente afetado aos setembristas, o jornal alinou-se, depois, com os regeneradores, seguindo a trajetória do próprio Sampaio.





**Figura 5**  
Diário *A Revolução de Setembro* em 1840 e em 1847.  
Fonte: reprodução dos originais.



**Figura 6**  
António Rodrigues Sampaio.  
Fonte: *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, VIII(12), 608.

Outros periódicos alargavam a esfera do que era noticiado, como o *Correio Mercantil* (1838-1839), especializado em informação financeira, comercial e económica.

Os jornais desse tempo tinham, porém, uma enorme dificuldade: eram pouco comprados (vendiam-se, principalmente, por assinatura) e pouco lidos (cerca de 80% da população continuava a ser analfabeta, especialmente nos meios rurais, embora os periódicos fossem lidos em voz alta em aglomerações de indivíduos e nas tavernas e cafés). As tiragens eram reduzidas.

Os jornais eram, além disso, produtos caros. Um número avulso de um jornal político, como *A Revolução de Setembro*, podia custar 60 réis — uma fortuna para a generalidade da população. Outros jornais, porém, seguindo o modelo do *Periódico dos Pobres*, de 1826, apostaram no baixo preço e na obtenção de receitas quer por meio de tiragens elevadas, que nem sempre logravam conseguir, quer pela captação de alguns anúncios publicitários, pagos por linha. São os casos do *Periódico dos Pobres no Porto* (Porto, 1834), do *Periódico do Pobre* (Lisboa, 1837), do *Dez Réis: Jornal de Utilidade Pública* (1841) e ainda do efémero *O Cinco Réis: Jornal de Interesse Público* (1843). Estes jornais, ainda que de perfil político-noticioso, demonstram que, ao tempo, em Portugal, e seguindo exemplos estrangeiros<sup>17</sup>, já se tinha inculcado a noção de que se podia financiar uma publicação fazendo pouco lucro por exemplar vendido, mas lucrando até mais, no global, pelo aumento do número de exemplares vendidos, o que ajudava, retroativamente, a captar publicidade. A venda de espaço publicitário veio mesmo a ser, futuramente, a fonte principal de receitas dos jornais.

A legislação assente no princípio da liberdade de imprensa e a extinção da censura deu aos empreendedores do jornalismo a base legal para se aventurarem na proposta de novos periódicos ao mercado. Conforme atesta Tengarrinha (2013, p. 479), a partir de 1834 há, efetivamente, vários sinais de mudança na imprensa portuguesa:

grande expansão do movimento jornalístico, não apenas quanto ao muito maior número de jornais, mas também quanto à sua mais ampla penetração no Reino (...); maior diversificação dos géneros, com especial destaque para os temas literários e culturais, científicos e técnicos e económicos, de acordo com a preocupação de desenvolvimento do País; relação mais estreita de fidelidade entre o jornal e o leitor, de que resulta maior estabilidade do quadro periodístico, aumento de tiragens e longevidade, até aí nunca atingida, de alguns jornais; e melhoria dos meios técnicos e da qualidade jornalística. Para algumas dessas alterações contribuiu também a influência da imprensa estrangeira.

17 Como a primeira geração da imprensa popular norte-americana, casos de: *The New York Tribune*, de Horace P. Greeley; *The New York Daily Times*, de Henry Raymond; *The New York Herald*, de James Gordon Bennett; e *The New York Sun*, de Benjamin Day e, depois, de Moses S. Beach.

Se a reposição da *Carta Constitucional* em vigor e se a Carta de Lei de regulação da liberdade de imprensa de 5 de dezembro de 1834 criaram condições para o reaparecimento de jornais políticos, de várias cores políticas, em Portugal, a Revolução de Setembro<sup>18</sup> (10 de setembro de 1836) e o restabelecimento da *Constituição* de 1822, mais liberal do que a *Carta Constitucional*, aceleraram o ritmo de criação de periódicos.

Efetivamente, a 9 de setembro de 1836, um golpe orquestrado pela esquerda liberal — a Revolução de Setembro — repôs em vigor a *Constituição* vintista (10 de setembro) até à promulgação de uma nova *Constituição*, a 20 de março de 1838.

Para a imprensa, a Revolução de Setembro não deveria ter tido consequências negativas, já que os jornais e revistas beneficiavam das amplas liberdades formais que a *Carta Constitucional*, a *Constituição* vintista (reposta, provisoriamente, em vigor entre 11 de setembro e 20 de março de 1838) e ainda a *Constituição* setembrista de 1838 lhe garantiam. A *Carta Constitucional*, que vigorou no Reino entre 26 de maio de 1834 e 9 de setembro de 1836 e entre 10 de fevereiro de 1842 e 5 de outubro de 1910, reconhecia a liberdade de imprensa como um direito dos cidadãos, tal como o faziam a *Constituição* de 1822 e a *Constituição* setembrista de 1838 (vigorou entre 20 de março de 1838 e 9 de fevereiro de 1842). A situação política, porém, tornou-se muito agitada. E se, constitucional e legalmente, os periódicos beneficiavam de ampla liberdade de imprensa, a qual, à partida, garantiria condições para o combate político se travar nas páginas dos impressos, na verdade os periódicos cartistas e os miguelistas, com receio de represálias, atenuaram, ou silenciaram, as suas vozes públicas entre setembro de 1836 e 1838. Mais tarde, com a reação do Cartismo e a chegada de Costa Cabral ao poder, foram os jornais setembristas a verem-se compelidos a moderarem o seu discurso — o que, na verdade, nem sempre fizeram, sofrendo as consequências.

A instabilidade e a desordem da situação política prolongaram-se até à Regeneração de 1851. O poder setembrista que se afirmou após o sucesso da Revolução de Setembro de 1836, por exemplo, foi logo ameaçado pelos contragolpes cartistas<sup>19</sup>, anulados, da Belenzada (4 e 5 de novembro de 1836) e da Revolta dos Marechais (12 de julho de 1837 a 20 de setembro de 1837). Essa instabilidade política trouxe constrangimentos à imprensa, principalmente após se iniciar a ascensão gradual de Costa Cabral à liderança de facto do governo e do estado, após 1838. Ao tentar modernizar o estado e instituir a ordem com “mão-de-ferro”, Cabral granjeou inúmeros inimigos — quer entre os ultraconservadores miguelistas, quer entre a esquerda liberal setembrista.

18 O setembrismo correspondia à esquerda — não socialista — do campo liberal.

19 Isto é, dos defensores da *Carta Constitucional*, alinhados com a Rainha e, mais tarde, com Costa Cabral. O cartismo seria, nos termos de hoje, a direita moderada.

Assim, depois de 1838, o poder político — protagonizado, principalmente, por Costa Cabral — sentiu, em várias ocasiões, necessidade de controlar a animosidade discursiva que se fazia notar nos jornais setembristas e miguelistas. Num estado que, pelo menos na forma, se instituíra, gradualmente, como um Estado de Direito, a lei tornou-se o principal instrumento do poder político para regular o exercício da liberdade de imprensa. Mas houve formas de pressão e controlo violentas.

A animosidade e a inimizade entre os líderes liberais dos diferentes partidos ou dos grupos dentro de um mesmo partido tiveram, efetivamente, tremendas repercussões na imprensa. As circunstâncias demonstravam, por outro lado, que os indivíduos, grupos e partidos políticos necessitavam de um jornal com o qual se identificassem, que os reunisse e que lhes desse voz pública, congregando apoios. A retórica era muito importante — era sempre de bom-tom para os partidários reunidos à volta de um jornal que este atacasse, de preferência violentamente, os adversários políticos, intolerantemente encarados como inimigos. Às vezes, os jornais de cada partido, grupo ou indivíduo, mais do que sustentarem as suas posições políticas, distinguiram-se por atacar desenfreadamente os adversários e, não raras vezes, apelavam, direta ou indiretamente, a revoltas e sublevações.

Embora tivessem, por norma, uma filiação política, por vezes os jornais iam, curiosamente, variando na orientação, de acordo com as alianças estabelecidas pelos seus promotores. As amizades e inimizades que se faziam e desfaziam no mundo da política e dos negócios também se repercutiam na linha editorial que cada periódico seguia em cada momento. Em resultado deste estado de coisas, houve muita inconstância no jornalismo político português, de 1834 a 1851. Alguns periódicos, como o *Correio de Lisboa* (1837-1842) e o *Diretor* (1838-1840), por exemplo, nasceram setembristas e tornaram-se cartistas. Reagiram, assim, sobretudo o primeiro, à desordem nas ruas. Mas também acompanharam a transferência de poder do Setembrismo para o Cartismo.

Foi nesse turbilhão que Costa Cabral se impôs na política portuguesa. Costa Cabral tinha-se feito notar enquanto jovem e radical advogado setembrista, mas moderou-se, face à desordem social, consequência direta da instabilidade política e militar provocada pelos egos inflados e tonitruantes dos líderes liberais, que se consideravam donos do regime e da razão e se digladiavam abertamente nas Cortes, nos jornais e, por vezes, também em duelos.

Na qualidade de administrador-geral de Lisboa, Costa Cabral, então já um setembrista moderado, conseguiu, por exemplo, esmagar um levantamento da Guarda Nacional, a 13 de março de 1838, e expurgá-la dos setembristas radicais, sempre prontos a sublevarem-se. Visto, a partir daqui, como um traidor pelos setembristas radicais e desiludido com o fervor revolucionário permanente de alguns dos seus líderes, como José Estêvão, Costa Cabral aproximou-se das posições cartistas e tornou-se, por meio de alianças (que, na verdade, tanto fazia como desfazia), o protagonista do poder. Tomou posse como ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos, a 26 de novembro de 1839, num governo setembrista, mas moderado.

Distinguiu-se por ter, autoritariamente, impulsionado a modernização do país, abrindo as portas para aquelas que seriam as políticas da Regeneração. A sua reforma judiciária de 1841 foi a base do direito português por mais de um século.

Consequência direta da política de modernização à força do estado e do país e do aumento do seu poder autoritário, Costa Cabral tornou-se a personalidade política mais atacada do seu tempo — em boa verdade, era detestado por uns e amado por outros, conforme, normalmente, acontece. Era atacado pelos seus opositores nas Cortes, nos jornais, nas ruas. Foi, provavelmente, um dos políticos mais violentamente vilipendiados de todo o século XIX em Portugal. É verdade que enriqueceu sem justificação aparente, mas, durante o período em que participou do governo, foi também alvo de calúnias desonestas. Um desses boatos acusava-o de ser amante da rainha. Certo é que também reuniu uma vasta legião de apoiantes entre aqueles que desejavam a ordem social e a modernização do país, incluindo a rainha e as elites económicas. O povo comum, pobre e analfabeto, arredado dos processos políticos e decisórios, na verdade seria algo indiferente à situação política, e o que mais queria seria ordem e tranquilidade para viver e ganhar a sua vida.

Entre os defensores da *Carta Constitucional*, os cabralistas afastaram-se, assim, dos cartistas moderados. Entre os setembristas, radicais e moderados também se afastaram uns dos outros. Os miguelistas ainda estavam ativos. Tudo isto teve repercussões na imprensa. Periódicos cartistas, como o *Correio de Lisboa* (1837-1842) e o governamental *Diário do Governo*, hostilizaram o setembrismo; *A Revolução de Setembro* e *O Nacional* (1834-1843), setembristas, hostilizaram os cartistas e, em especial, os cabralistas. *A Nação* (1847-1928), legitimista, já de 1847, hostilizava-os a todos e queria, na verdade, o regresso de D. Miguel.

Terão sido os ataques pessoais constantes da imprensa setembrista — da qual o jornal *A Revolução de Setembro* era o máximo expoente — e o clima de sublevação permanente que terão levado Costa Cabral a tentar constranger as amplas liberdades de que os jornais e os jornalistas beneficiavam, quer pela via legislativa, quer pela violência. Fê-lo sempre que exerceu o poder.

Elaborada por Costa Cabral, uma nova lei, de 19 de outubro de 1840 (publicada a 24 do mesmo mês), criou, pois, certas restrições ao exercício da liberdade de imprensa. A nova legislação obrigou os editores de jornais a preencherem determinados requisitos cívicos e a depositarem um conto e duzentos mil reis para sustentarem, como garantia, indemnizações e multas em juízo (este postulado da lei já se encontrava na legislação de 10 de novembro de 1837), bem como a terem bens não hipotecados, no valor de dois contos e quatrocentos mil réis, que pudessem ser arrestados em caso de condenação por abuso de liberdade de imprensa — o que constituía uma novidade.

As novas circunstâncias normativas e o crescente grau de complexidade dos jornais e revistas, que exigiam investimentos cada vez mais vultuosos, conluiaram-se para diminuir o ritmo a que novos periódicos foram criados. Mesmo assim continuaram a ser fundados e

publicados jornais políticos (na verdade, cada vez mais político-noticiosos) de diversas tendências, demonstrando o setor um certo dinamismo, que correspondia, ademais, à efervescência política. Datam desse período conturbado das décadas de Trinta e Quarenta do século XIX da vida política portuguesa, entre outros, jornais como: *O Nacional* (setembrista, 1834-1843); *O Tempo* (esquerda liberal, 1835-1839); *O Diretor* (cartista, 1838-1840); *O Portugal Velho* (miguelista, 1837-1843); *O Procurador dos Povos* (esquerda setembrista radical e algo desalinhada dos principais movimentos políticos, 1837-1848); *A Lança* (esquerda liberal setembrista, 1840); *O Azorrague* (independente, 1838-1839); e o mais bem-sucedido de todos eles, *A Revolução de Setembro* (esquerda liberal setembrista, regenerador após 1851, que dura de 1840 a 1892, ressurgindo, esporadicamente, em 1901). Ao *Diário do Governo* competia defender o governo em funções, fosse ele qual fosse.

A permanente agitação política e militar em que Portugal viveu ao longo da primeira metade do século XIX teve, no entanto, uma consequência positiva para a imprensa: o interesse pela informação e pela opinião sobre o país recrudesciu. O reino ocupava cada vez mais páginas nos jornais, enquanto o noticiário do estrangeiro se reduzia na mesma proporção (Tengarrinha, 1989, p. 156). Porém, teve também, como se disse, uma consequência negativa, pois, por variadas vezes, se constrangeu, normativamente, a liberdade de imprensa no país, apesar da *Constituição* de 1838 e da *Carta Constitucional* instituírem esta liberdade como direito constitucionalmente consagrado.

O golpe principal de Costa Cabral foi dado em fevereiro de 1842. Já totalmente alinhado com os cartistas, orquestrou um pronunciamento militar que, no dia 10 desse mês, com a conivência da Rainha, repôs em vigor a *Carta Constitucional* (seria, com emendas, a Lei Fundamental do país até 5 de outubro de 1910).

A *Carta Constitucional* instituiu a liberdade de imprensa. Porém, a imprensa oposicionista foi atingida por numerosas formas de censura indireta e outros constrangimentos, entre os quais atos administrativos, processos sucessivos por abuso de liberdade de imprensa, impedimento de circulação por correio, pagamento a arruaceiros que destruíam as tipografias dos jornais da Oposição, sequestro dos equipamentos tipográficos pelas autoridades, etc..

A 4 de fevereiro de 1844, os setembristas intentaram um levantamento militar contra o regime de Costa Cabral, em Torres Novas. As garantias constitucionais à imprensa foram retiradas após essa intentona e vários jornais, com o setembrista *Revolução de Setembro* à cabeça, foram administrativamente impedidos de sair desde 6 de fevereiro até 24 de maio de 1844. Certos jornalistas, como José Estêvão, tiveram de exilar-se. O exílio de Estêvão abriu as portas do cargo de redator principal do diário *A Revolução de Setembro* a António Rodrigues Sampaio, que se veio a distinguir como o principal jornalista político — ou político-jornalista — português de Oitocentos. A repressão abateu-se, então, sobre os jornais oposicionistas, particularmente os setembristas, com o aguerrido *Revolução de Setembro* à cabeça.

O governo mandou fechar a tipografia onde o *Revolução de Setembro* era impresso, selar as instalações e prender os distribuidores conhecidos, mas, um dia em que o cerco policial se apertava, Sampaio fugiu com caixas com tipos. A partir de 22 de julho de 1844, apesar das investigações policiais e da repressão, o *Revolução de Setembro* passou a ser redigido, composto, impresso e distribuído “ilegalmente” por todo o Reino. Durante meses, poucos saberiam onde se encontrava Rodrigues Sampaio, que então vivia numa espécie de semiclandestinidade, nem onde se imprimia o jornal, que aparecia por todo o país, apesar da proibição da sua expedição pelos correios. Somente a 29 de abril de 1845 é que os tribunais decidiram a favor do *Revolução*, que pôde, então, regressar à sua normal publicação. Com essa vitória, António Rodrigues Sampaio viu crescer o seu prestígio como jornalista, ou, talvez de forma mais rigorosa, como “político de jornal”, num tempo em que fazer jornalismo e fazer política eram quase sinónimos.

A revolta da Maria da Fonte<sup>20</sup>, iniciada a 22 de março de 1846, condicionou, de novo, a imprensa oposicionista. Aliás, o governo cartista do duque da Terceira, do qual Costa Cabral era a eminência parda, continuou em funções. O governo decretou, novamente, a suspensão de garantias e o *Revolução* viu a sua publicação interrompida durante cerca de sessenta dias. Rodrigues Sampaio, seu redator principal, foi preso.

A 20 de maio de 1846, o governo do duque da Terceira caiu. O país, endividado por causa dos empréstimos contraídos para a sua modernização, estava perto da bancarrota. Costa Cabral foi destituído de funções. Tornou-se, pouco depois, embaixador de Portugal em Espanha.

Entretanto, a 6 de outubro, o novo governo do duque de Palmela caiu e o cabralismo voltou ao poder, num governo liderado pelo duque de Saldanha. Os protestos foram de tal grau que detonaram a Guerra Civil da Patuleia<sup>21</sup>, entre outubro de 1846 e junho de 1847. O Porto e o Minho foram os principais bastiões dos revoltosos.

O conflito levou à interdição dos jornais de combate político oposicionistas, como *A Revolução de Setembro*, embora vários destes se tivessem continuado a publicar clandestinamente. Outros foram fundados e editados por oposicionistas que entraram na clandestinidade. O

---

20 Revolta popular iniciada no Minho e que se alastrou a todo o país, contra as políticas modernizadoras do Governo de Costa Cabral: novas leis de recrutamento militar; reforma do sistema fiscal, com introdução de um imposto sobre o património edificado; e proibição de enterros nas igrejas e nos seus adros — passando a ser obrigatório fazer os enterros em cemitérios. Teve por consequência a substituição do governo de Costa Cabral por outro presidido pelo duque de Palmela. Costa Cabral exilou-se em França e, depois, em Espanha, onde foi nomeado embaixador pela Rainha, a 6 de novembro de 1846, mas continuou a ser a eminência parda da política portuguesa.

21 Guerra Civil que, ao longo de oito meses, entre 1846 e 1847, opôs uma aliança improvável de miguelistas, setembristas e outros populares contra cartistas. Veio na sequência da Maria da Fonte. Foi detonada pela contestação à substituição, por iniciativa da Rainha, do Governo do duque de Palmela por um Governo cartista e cabralista presidido pelo duque de Saldanha, ainda que sem Costa Cabral, a 6 de outubro de 1846. Durante a guerra, o país teve dois governos: um revoltoso, no Porto (Junta Provisória do Supremo Governo do Reino), e o oficial, em Lisboa. O conflito terminou com a Convenção de Gramido, imposta pela intervenção de forças militares estrangeiras apoiadas por Espanha, França e Inglaterra, a 30 de junho de 1847, o que muito se deveu à ação diplomática de Costa Cabral. Triunfaram as posições cartistas. Costa Cabral regressaria ao País pouco depois e chefiou novo governo entre 18 de junho de 1849 e 26 de abril de 1851.

*Eco de Santarém* e o seu sucessor, *O Espetro*<sup>22</sup> (1846-1847), ambos fundados, redigidos e editados, clandestinamente, por António Rodrigues Sampaio, com equipamento e materiais subtraídos da tipografia da *Revolução de Setembro*, tornaram-se os principais jornais da oposição setembrista ao governo<sup>23</sup> e à influência que Costa Cabral mantinha, desde Espanha, sobre a política interna. A sua publicação foi uma aventura. Os jornais eram impressos clandestinamente, quer em casas seguras, quer em lugares improváveis e secretos, como numa barçaça no meio do Tejo ou as ruínas de um convento. Eram distribuídos camuflados no meio de pão, legumes e outras mercadorias e dentro de barricadas.

O termo da Guerra Civil da Patuleia, graças à Convenção de Gramido, a 29 de julho de 1847, não pôs fim à instabilidade e à violência. A implantação da república em França (1848), a Primavera dos Povos e a difusão das ideias revolucionárias e republicanas agudizaram o clima de instabilidade que se vivia em Portugal, com repercussão na fundação de jornais políticos (caso dos efémeros periódicos republicanos *A Alvorada*, *O Republicano*, *A República* e *A Fraternidade*).

As eleições de 1848 reconduziram Costa Cabral, conde de Tomar, ao poder, revigorando os ataques da imprensa contra si.

Perante as violentas agressões verbais da imprensa oposicionista, de setembristas, de outros cartistas (sobretudo os da direita conservadora liberal, chefiada pelo seu próprio irmão) e dos miguelistas, Costa Cabral, na chefia do governo desde 18 de junho de 1849, agastou-se. O governo cabralista apresentou um novo projeto de lei de imprensa.

Embora duramente criticada, a nova legislação foi promulgada a 3 de agosto de 1850, tendo ficado popular e simbolicamente conhecida por “Lei das Rolhas”. A nova lei aumentou o valor que das garantias preconizadas na lei de 19 de outubro de 1840 e enumerou uma longa lista de temas que não podiam ser tratados pela imprensa, resultando, na prática, num forte constrangimento à liberdade de imprensa. Repetiram-se os assaltos a jornais e tipografias. Assim, o clima repressivo continuou a dificultar a vida à imprensa oposicionista, principalmente aos jornais setembristas, até 1851, apesar de não ter impedido a circulação de periódicos.

A promulgação da “Lei das Rolhas” originou protestos em todo o país, mesmo entre os jornais mais neutros ou que alinhavam, comedidamente, pelas posições governamentais, pois o diploma definia tantos e tão vagamente os crimes e delitos por abuso de liberdade de imprensa que facilmente as autoridades podiam incriminar quem quer que fosse que tivesse a veleidade de criticar o governo. As infrações à lei eram punidas com penas de prisão e multas, proibindo-se as subscrições públicas para as pagar.

22 Pode consultar-se aqui: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OEspetro/OEspetro.htm>

23 Governo cartista do marechal Saldanha (6 de outubro de 1846 a 28 de abril de 1847). Governo cartista de iniciativa régia e apoio internacional (28 de abril a 18 de dezembro de 1847).



A “Lei das Rolhas” também dificultava a fundação de jornais, pois obrigava os editores a depositarem, previamente, avultadas quantias de dinheiro e darem garantias de solvência financeira pessoal para garantirem o pagamento de multas e indemnizações por hipotéticos crimes de abuso de liberdade de imprensa. Essa lei foi, porém, revogada em maio de 1851, na sequência de um golpe militar liderado pelo duque de Saldanha, que conduziu o país à Regeneração, período de acalmia e de rotativismo na governação. A estabilidade política, o crescimento económico baseado na industrialização e na construção de infraestruturas e a permissiva legislação reguladora da liberdade de imprensa permitiram, finalmente, o desenvolvimento da imprensa portuguesa e o aparecimento dos primeiros jornais portugueses “de grande circulação” (apesar de as restrições ligadas ao baixo índice de alfabetização e escolarização e ao baixo poder de compra sempre terem impedido o surgimento de um amplo mercado para a imprensa em Portugal ao longo de Oitocentos).

Apesar da omnipresença hegemónica da imprensa política e político-noticiosa no miolo do século XIX em Portugal, não se perdeu, no país, a tradição da grande informação noticiosa, fosse ela especializada, caso de periódicos como a *Folha Comercial da Praça de Lisboa* (1834-1862), ou generalista, casos de *O Correio*, *A Estrela* (1837-1839) e, com título apropriado, *O Noticioso* (1840-1842).

Além de palco privilegiado para as lutas políticas, a imprensa também era vista pelos liberais como um instrumento para a formação cultural e cívica dos portugueses, indispensável quer para dar solidez ao regime liberal e o tornar imune ao revanchismo do conservadorismo absolutista, quer para garantir o progresso (Silva, 1998, pp. 86-88). Germinava, também, ao tempo, um certo espírito filantrópico e associativo ente as elites liberais, animadas por exemplos do estrangeiro. Foram, assim, várias as organizações que, nessa altura, com o objetivo de fazer avançar a “civilização” no país e de o fazer trilhar um caminho de progresso material, científico e cultural, começaram a publicar periódicos de promoção das ciências, das artes e das letras, nos quais desaguavam as preocupações que os seus membros manifestavam com a promoção do conhecimento e que marcavam a posição dos seus redatores no espaço público. Essas publicações — que deram sequência às revistas portuguesas do século XVIII e do dealbar do século XIX e ainda a certas publicações dos exilados liberais — podem mais bem classificar-se como revistas do que como jornais. Alguns indivíduos empreendedores também editaram periódicos culturais e literários do mesmo tipo.

Nessa conjuntura, foram surgindo, após 1834, um conjunto vasto de publicações dedicadas à cultura e à difusão do conhecimento (*publicismo*), que publicavam uma série de amenidades, peças literárias (incluindo muita poesia e alguma prosa, nomeadamente romances *folhetins* e peças dramáticas) e conteúdos de interesse geral, muitas vezes traduzidos de

publicações congêneres estrangeiras<sup>24</sup>. Várias dessas publicações são denominadas *enciclopédicas* porque, ainda que os seus conteúdos se apresentassem com uma *miscelânea* de peças que cobriam assuntos díspares, a sua vocação mais genuína era a promoção geral do conhecimento sobre assuntos diversos mas concretos. Uma boa parte delas era *ilustrada*, primeiro com litografias, depois, mais vulgarmente, com gravuras, elaboradas com base em técnicas xilográficas. As ilustrações conferiam *identidade* a essas publicações e demonstravam que a informação gráfica podia ter um lugar relevante na imprensa.

O *Panorama*<sup>25</sup> (figura 8) foi a principal revista portuguesa de divulgação histórica, científica e cultural na primeira metade do século XIX. De periodicidade semanal, tirava cinco mil exemplares, feito singular no panorama da imprensa portuguesa da época. Surgiu em Lisboa, a 6 de maio de 1837, sob a chancela da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, uma empresa filantrópica que tinha, inclusivamente, tipografia própria, e sob a direção de Alexandre Herculano (figura 7), o mais notável intelectual português do seu tempo e, conforme já se referiu, um dos inovadores do jornalismo português em Oitocentos, a par de Almeida Garrett, António José Cândido da Cruz e Eduardo Coelho. A revista inglesa *Penny Magazine* foi o seu modelo. Grande parte do seu êxito deveu-se à colaboração da intelectualidade da época. Além de Herculano, colaboraram com a revista, entre muitos outros, o economista António de Oliveira Marreca e o escritor António Feliciano de Castilho.



**Figura 7**

Alexandre Herculano.

Fonte: recuperada da Web [[https://en.wikipedia.org/wiki/Alexandre\\_Herculano](https://en.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Herculano)].

24 Na primeira revista ilustrada enciclopédica portuguesa, *O Recreio*, o redator nem se deu ao trabalho de traduzir alguns artigos — mas, na verdade, provavelmente o seu público-alvo, ainda que português, encontrava-se nas elites que dominavam perfeitamente o francês — que era, inclusivamente, a língua da Corte.

25 Pode ser consultado aqui: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/OPanorama.htm>



**Figura 8**

Capa de um número de *O Panorama*.  
Fonte: *O Panorama*, 22 de julho de 1837 (capa).

Até 1868, *O Panorama* teve cinco séries, sendo as mais notáveis as duas primeiras, ininterruptas (1837-1844), as únicas publicadas sob a chancela da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Embora as tecnologias tipográficas disponíveis não permitissem grande variabilidade nas soluções de design, *O Panorama* distinguiu-se pela introdução de gravuras de grande dimensão nas capas e no miolo. Em 1841, publicou, pela primeira vez, um daguerreótipo na imprensa portuguesa, ainda que transcrito para xilogravura.

O cultivo da gravura de madeira pelas revistas a partir do lançamento de *O Panorama* foi tão importante que incrementou a indústria da xilogravura em Portugal. A litografia, mais perfeita, mas mais cara, complicada e morosa, foi sendo abandonada aos poucos enquanto tecnologia relevante para a imprensa periódica. O mesmo sucederia com a gravura, destroada pela fotografia, mas somente no final de Oitocentos.

Outra revista a destacar é *A Ilustração: Jornal Universal* (1845-1846). Foi a primeira revista a publicar, em Portugal, gravuras que se reportam a acontecimentos da atualidade. Foi assim, cronologicamente, a primeira das revistas ilustradas que, sem desprezar os conteúdos culturais, apontava já para a cobertura da atualidade por meios iconográficos.

A *Revista Universal Lisbonense* (1841-1859), surgida por iniciativa de António Feliciano de Castilho (um escritor cego), seu redator principal, e outros indivíduos, teve grande circulação, apesar de não ser ilustrada. Além de textos de “cultura geral”, incluía, entre outras, matérias relativamente leves sobre a atualidade nacional e internacional, nomeadamente sobre acontecimentos de índole cultural e problemas sociais. Segundo Silva Túlio (*cit. in* Cunha, 1914, p. 44), a *Revista Universal Lisbonense* foi a primeira publicação portuguesa a criar uma secção específica para as notícias, ainda que, de acordo com o mesmo autor, a palavra *noticiário* foi usada por ele próprio, pela primeira vez, em 1851, na revista *A Semana — Jornal Literário e Instrutivo* (1850-1852), lançada por João de Lemos Seixas Castelo Branco (Silva Túlio, *cit. in* Cunha, 1914, p. 45). A *Revista Universal* foi também pioneira na criação de um cargo que se afirmaria, ao longo do século XIX, nas redações portuguesas — o de revisor. O primeiro revisor dessa publicação foi Júlio César Machado.

### 2.2.2. A imprensa na Regeneração (1851-1864)

O período que vai de 1851 a 1864 foi um período de liberdade e empreendedorismo à sombra do qual a imprensa floresceu, tendo por marco, no final de 1864, o nascimento do *Diário de Notícias*.

Efetivamente, no primeiro de maio de 1851, um levantamento militar protagonizado pelo marechal Saldanha conduziu à queda do governo de Costa Cabral. Depois de um interregno de quatro dias, Saldanha tomou posse como presidente do Ministério (“primeiro-ministro”) no primeiro de muitos governos do Partido Regenerador. Nele tomou assento, como ministro das Obras Públicas, aquele que seria o mais impactante político português até à sua morte, em 1883 — António Maria de Fontes Pereira de Melo. Foi ele o estratega das políticas de progresso material que modernizaram e transformaram o país, ainda que à custa do endividamento público. Após a Regeneração, com a normalização e suavização da política, dois partidos assumiram, rotativamente, o governo: o Regenerador, centrista, chefiado por Saldanha e, depois, por Fontes Pereira de Melo; e o Histórico, fundado em 1856, herdeiro do Setembrismo, situado mais à esquerda do espectro político, chefiado pelo duque de Loulé, e cujas bases se lançaram quando Saldanha, para dar protagonismo a Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo, afastou os setembristas do governo, ainda em 1851.

Após a Regeneração, o país virou a página. A legislação da imprensa evidenciou o novo rumo, mais estável, mais tranquilo e tolerante, mais preocupado com o desenvolvimento

material e menos com apelos a sublevações e revoltas. A “Lei das Rolhas” e toda a legislação constrangedora da liberdade de imprensa<sup>26</sup> caiu logo a 22 de maio de 1851, por força de um decreto publicado no *Diário do Governo* de 24 de maio<sup>27</sup>, ficando a valer a legislação anterior que não contradissesse o novo decreto. Ou seja, os princípios normativos reguladores da imprensa voltaram a ser aqueles que, partindo do princípio de liberdade de imprensa estatuído no § 3.º do art.º 145.º da *Carta Constitucional* de 1826, foram expressos pelos diplomas de 5 de dezembro de 1834 e 10 de novembro de 1837.

Assistiu-se, durante a Regeneração, a um processo de distensão política e de acalmia militar que tornou mais tolerante, ainda que igualmente vigoroso, o debate público acerca da governação. O desenvolvimento, materializado, sobretudo, no impulso à industrialização e na criação de infraestruturas, como o telégrafo, as estradas de macadame e as vias-férreas, e a consequente dívida pública, que cresceu a olhos vistos, tornaram-se as preocupações centrais do governo, dos partidos e, consequentemente, da imprensa política — cuja paisagem era dominada pelos jornais de partido.

Com a contemporaneidade a bater, finalmente, à porta do país e da sua imprensa, os tempos de aventureirismo jornalístico foram, enfim, relativamente ultrapassados. Os novos jornais e revistas, para vingarem no tempo e conquistarem espaço, necessitavam, cada vez mais, de estruturas sólidas, de cariz empresarial, que lhes dessem sustentabilidade e estabilidade. A publicidade, por exemplo, tornou-se um fator importante para garantir a viabilidade de jornais e revistas, ainda que a venda por assinatura, nas ruas e nas bancas continuasse a ser a principal fonte de financiamento dos periódicos.

A circulação de informações e de periódicos acelerou-se e facilitou-se graças às infraestruturas mandadas construir pelos governos da Regeneração e à melhoria dos serviços de correio (que beneficiaram da melhoria dos sistemas de transportes). O debate político passou a centrar-se em assuntos concretos, como a política de investimento público, o grau de endividamento ou a reforma da *Carta Constitucional*. Uma certa sensação de normalidade, depois de mais de quarenta anos de sobressalto, tomou conta de Portugal. O país modernizou-se, a política modernizou-se e, consequentemente, a imprensa também se modernizou.

A imprensa aparece assim aos olhos do público (...) como instrumento do progresso. (...) O interesse dos debates (...) sobre matéria económica acabou por superar os do Parlamento, que decorriam mornos e desinteressantes. (Tengarrinha, 2013, p. 653)

26 Lei de 19 de outubro de 1840, portaria de 23 de outubro de 1840 e Lei de 3 de agosto de 1850 (“Lei das Rolhas”).

27 Pode consultar-se aqui:  
[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1851/N121/N121\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1851/N121/N121_item1/index.html)

Nesse ambiente, os jornais de partido dedicaram cada vez mais espaço à informação de atualidade, mesmo quando sobre ela faziam leituras políticas, e às notícias propriamente ditas. Adotaram, portanto, linhas editoriais *político-noticiosas*. No rescaldo das lutas e da instabilidade entre 1834 e 1851, a economia e a necessidade de desenvolvimento e união do país tornaram-se temas omnipresentes na Regeneração.

Os diários políticos já não podiam viver de pura retórica política, ainda que os políticos os usassem para se combaterem mutuamente na praça pública, fora das Cortes. Num tempo em que a informação acelerava e a sociedade se complexificava, era necessário suprir as carências noticiosas da sociedade. As pessoas não queriam apenas solidificar as suas convicções políticas pelo consumo da imprensa doutrinária. Elas precisavam de informações que, na antecâmara da Revolução Industrial em Portugal, lhes permitissem orientar as suas vidas e interagirem, informadamente, com os outros cidadãos e com as instituições sociais.

Era, pois, cada vez mais difícil a um diário político cultivar um público fiel se não o presenteasse com uma dose notável de novidades. As notícias e outras informações, incluindo os anúncios e a informação de serviços (agenda de espetáculos, preços correntes, taxas de câmbio, movimento de navios...), tornaram-se importantes para que os diários satisfizessem quotidianamente o público. A imprensa política assumiu, pois, crescentemente, uma orientação político-noticiosa e generalista, cumprindo, cada vez mais, as funções informativas que, ainda hoje se esperam de qualquer diário. Surgiram, inclusivamente, jornais político-noticiosos independentes, que davam grande atenção à política e exerciam o direito ao comentário político, em nome de conceitos abstratos como a *razão* e o *bem-comum*, ou em nome do *povo*, dos *cidadãos*, da *Nação*, do *país*, sem se vincularem, explicitamente, a um partido ou movimento político — ou só o fazendo vagamente. Alguns dos periódicos de fora de Lisboa assumiram-se, por outro lado, como porta-vozes dos interesses locais e regionais e era em defesa destes que, maioritariamente, faziam política, num tempo em que a polémica sobre a municipalização do país excitava os ânimos.

O figurino editorial típico de um jornal político-noticioso do miolo de Oitocentos incluía um artigo de fundo, um ou mais artigos comentados sobre as sessões parlamentares e assuntos da governação, informação administrativa (decretos, leis, nomeações), um folhetim, crónica teatral e crónica musical, peças literárias ou comentários a obras literárias e outras, notícias (por vezes comentadas) e informação de serviços — além de anúncios publicitários.

Os periódicos políticos e informativos, mesmo os mais baratos, eram, no entanto, somente acessíveis à minoria que tinha rendimentos suficientes e, claro, era alfabetizada, num país onde o analfabetismo atingia a esmagadora maioria da população. Os cidadãos politicamente engajados eram, de facto, uma minoria elitista no Portugal de Oitocentos.

As mudanças que se registaram na imprensa política abriram caminho para o surgimento dos diários noticiosos, politicamente independentes, organizados industrialmente, feitos

para darem lucro e não para doutrinarem, entre os quais, em Portugal, o *Diário de Notícias* (1864) é o primeiro e mais importante exemplo.

Mesmo alguns jornais especializados, como *O Jornal do Comércio* (1853-1989 e 2015 — figura 9), de Lisboa, e *O Comércio* (figura 10), depois redenominado *O Comércio do Porto* (1854-2005), evoluíram na mesma direção, tornando-se, essencialmente, diários informativos generalistas independentes — mesmo quando defensores intransigentes do seu público (*O Comércio do Porto*, por exemplo, foi voz da burguesia comercial e industrial do Porto).



**Figura 9**  
Primeira página do primeiro número do *Jornal do Comércio*.  
Fonte: reprodução do original.



**Figura 10**  
Primeira página do primeiro número de *O Comércio do Porto*.  
Fonte: reprodução do original.

Ainda que não se abstivessem de travar guerras verbais simbólicas em torno das opções políticas, estendendo à rua os debates parlamentares, os periódicos políticos podiam levar uma vida relativamente tranquila. Não eram ameaçados no mesmo grau em que o tinham sido entre 1834 e 1851, não só por força da legislação tolerante e permissiva, como também porque o seu discurso se moderou e urbanizou. Diferendos resultantes dos choques na imprensa eram, ocasionalmente, resolvidos em duelos, mas estes, normalmente, terminavam com a reconciliação dos adversários depois do primeiro sangue vertido. Entre os jornais

políticos, *A Revolução de Setembro*, liderado por António Rodrigues Sampaio, convertido em apoiante da Regeneração<sup>28</sup>, tornou-se no diário oficioso do Partido Regenerador. Foi o diário mais representativo e lido de toda a Regeneração.

A omnipresença da imprensa política, alguma dela ligada a projetos pessoais de poder mais até do que aos partidos políticos, não era isenta de reparos, como demonstra o texto de apresentação da revista cultural semanal *Arquivo Universal* (1859-1861):

A imprensa periódica entre nós, quase exclusivamente entregue à política, tem-se visto obrigada a substituir a missão de evangelizar, o propósito de seduzir e afeiçoar seguidores para os seus princípios ou para os seus homens. A discussão e controvérsia sobre a grande ciência do governo e da administração das coisas públicas, suspeitas de servir somente certos interesses individuais, tem afastado de si as simpatias do público imparcial e desta arte inutilizado em grande parte o alcance dos seus intuitos. O leitor que não está (...) alistado no bando a que o jornal pertence desconfia de quanto nele encontra e cerra ouvidos (...). O jornal político que deveria convencer, limitado à esfera dos já convencidos, torna-se inútil e vive mais de influências especiais interessadas na sua sustentação do que das verdadeiras fontes de uma vida segura (...). A imprensa diária, conquanto acompanhe os acontecimentos (...), perde muito em valor crítico por carência de meditação e análise. (*Arquivo Universal*, I(1), 4 de janeiro de 1859, p. 1)

O mercado estava, no entanto, bastante saturado por um número suficientemente diverso de periódicos políticos alinhados com os principais partidos. A conjuntura tendia a dificultar novos projetos editoriais nesse segmento. Já havia quase sempre um periódico político para cada nicho de mercado. Existia já quase sempre um periódico com o qual um indivíduo com interesse na política se pudesse identificar para fortalecer as suas convicções e no qual podia abastecer-se de argumentos. Por isso, e também porque os novos projetos jornalísticos tinham de ser sólidos para vingarem, durante a Regeneração criaram-se menos periódicos políticos do que em tempos anteriores.

Não se duvida de que, embora fosse relativamente menor o número de jornais políticos criados neste período, eles continuavam a ter uma considerável massa de leitores fiéis. Era visível, porém, um crescente fastio pelos confrontos políticos que resultavam frequentemente de rivalidades pessoais e intrigas, à margem dos graves problemas do país (...). Para um número cada vez maior de pessoas, os políticos perdiam o crédito, o que explica o crescente alheamento da vida política. (...) Também era posta a nu a venalidade dos jornalistas, acusados (...) de proporem determinadas quantias a políticos para estes serem poupados ou elogiados. (Tengarrinha, 2013, pp. 652-653)

---

28 António Rodrigues Sampaio foi parlamentar, ministro e presidente do Ministério pelo Partido Regenerador.



Todavia, havia muitos outros assuntos que iam além da política e que interessavam às pessoas. Os periódicos políticos, além do mais, tendiam a concentrar-se nos grandes temas da política. Não acompanhavam, por exemplo, as realidades locais e regionais. Assim, beneficiando de um clima favorável ao empreendedorismo e de um regime normativo benigno, foram surgindo periódicos com outras tipologias que engrossaram e diversificaram o mercado da imprensa. Durante a Regeneração, efetivamente, não só aumentou o número de títulos em circulação como também a edição e consumo de jornais e outros periódicos de índole diversa, ainda que tivesse continuado centrada em Lisboa e, secundariamente, no Porto, estendeu-se à generalidade do território nacional.

Se a edição de jornais se estendeu a todo o território, sendo notório o desenvolvimento da imprensa regional e local, o seu consumo, no entanto, não se estendeu a toda a população. Os jornais e as revistas eram caros e o analfabetismo atingia a esmagadora maioria do povo. A política desenvolvimentista dos governos da Regeneração fracassou no estímulo à escolaridade. Houve, ainda assim, um renovado interesse das elites pela cultura, “a que corresponde um grande aumento dos jornais literários e de conhecimentos gerais dirigidos a um público largo” (Tengarrinha, 2013, pp. 652-653).

As revistas — culturais, científicas, literárias — cultivavam e entretinham as elites alfabetizadas, promovendo o conhecimento sobre temas diversos. Por vezes, também abordavam assuntos relevantes da atualidade coeva e, ocasionalmente, procuravam intervir sobre a política seguida em assuntos concretos — como a defesa dos monumentos nacionais ou o fomento da escolaridade básica — em nome não de um partido, mas do povo, do bem-comum, da nação ou de qualquer outra abstração similar. Essas revistas abriam-se, também, cada vez mais, à iconografia informativa, graças à proliferação da gravura de madeira. As gravuras, algumas vezes, eram elaboradas a partir de fotografias, mais concretamente de daguerreótipos, sem que isso significasse, no entanto, que o gravador fosse sempre e inteiramente fiel à imagem daguerreotipada.

O arquétipo das revistas culturais ilustradas, no período que se estende de 1851 a 1864, foi a revista semanal *Arquivo Pitoresco* (1857-1868 — figura 11)<sup>29</sup>, digna sucessora de *O Panorama* (e que com esta coexistiu em diversos períodos). O seu conteúdo repartia-se, tal como era timbre do periodismo enciclopédico e cultural, por uma grande variedade de assuntos, entre os quais se destacam a história, a etnografia, a geografia, as ciências e a tecnologia, a língua e a literatura, a agricultura e a economia, entre outros (Sousa, 2017).

Num tempo em que a maioria das revistas ilustradas gravavam rapidamente xilografuras a partir de decalques grosseiros das imagens das revistas estrangeiras, o *Arquivo Pitoresco* notabilizou-se pela produção própria de desenhos e gravuras de excelente execução, que o

29 Pode consultar-se aqui: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/ArchivoPN1.htm>

tornaram num dos máximos expoentes da gravura de madeira e das artes gráficas, ao tempo, em Portugal. Chegou a instituir uma oficina-escola de gravura de madeira de topo a buril, em 1862. A sua tiragem, conforme se revela no prólogo do volume VI, de 1863, atingiu cinco mil exemplares, feito que *O Panorama* também tinha alcançado, anos antes. Tinha organização empresarial, com tipografia própria (sofreu um incêndio em 1858, facto devidamente noticiado pela revista, verbal e iconograficamente).



**Figura 11**  
 Capa do primeiro número  
 de *O Arquivo Pittoresco*.  
 Fonte: reprodução do original.

**INTRODUÇÃO.**

Uma empresa, por ventura habilitada com os melhores meios que a arte fornece em Portugal, começa hoje a publicação do semanario *Arquivo Pittoresco*.

D'esses meios e da sua habilitação cerra aqui tudo quanto empresas semelhantes costumam dizer; e para não enganar o publico, nem exaggerar o proprio merecimento, contenta-se com apresentar a sua obra, e as suas vocações, á decissão do juizo illustrado dos leitores.

Poucas palavras explicam a missão do *Arquivo*, mas essas não consente a obrigação solemne, que a empresa vac contractar, que se cale, para que ninguém se julgue com direito de exigir ou esperar d'elle, mais do que ella promete.

lado pedir á plástica a illustração das suas paginas.

Tomo 1. — Junho 1 — 1857.

nas, o *Arquivo* procura fomentar a nossa gravura em madeira, dar relevo á palavra, e abrir campo em que as vistas curiosas espantem, sobre as creações da arte, da natureza, ou da phantasia.

Jornal portuguez, e para portugueses, o fim principal que se propõe é ser util ou agradável a ambos os hemispheros, ou que se falla a bella lingua que immortalisa Camões.

Para o conseguir, ha de ir á natureza de Portugal, das suas ilhas, das suas possessões, e do seu irmão o Brazil, copiar os quadros que são dignos de contemplação, e que estariam es sentidas com a sua magestade.

A cada monumento perguntará a sua historia, a cada geração os seus costumes, a cada século a sua civilização.

Penza e buril dar-se-hão mãos n'este commettimento patriótico.

1

Apesar da linha editorial do *Arquivo Pitoresco* ter sido, predominantemente, enciclopédica e cultural, a atualidade nem sempre pairou longe da revista. A cobertura — verbal e visual — estendia-se dos acontecimentos do quotidiano aos temas mais intemporais, mas, à época, sempre presentes, como o progresso material do país, simbolizado pela ferrovia e pela indústria. Os acontecimentos importantes para a sociedade, como o casamento real entre o Rei D. Pedro V e a Rainha D. Estefânia; as peças de teatro; o incêndio que destruiu a tipografia do *Arquivo Pitoresco* e outros acontecimentos da atualidade foram reportados verbal e iconograficamente nas páginas da revista. O *Arquivo Pitoresco*, neste particular, já aponta para um modelo de revista que, perseguindo a *noticiabilidade*, a *atualidade*, a *notícia*, não se esgotava no enciclopedismo e na cultura.

O *Arquivo Pitoresco* teve, contudo, uma debilidade. Dependia de um grande patrocínio privado. A Sociedade Madrépora, do Rio de Janeiro, que agremiava emigrantes portugueses, comprava um determinado número de exemplares, para distribuição benemérita nas escolas portuguesas. Quando cessou esse apoio, o *Arquivo Pitoresco* extinguiu-se.

### 2.3. O *Diário de Notícias* e o impulso à industrialização do jornalismo português

O *Diário de Notícias* (figura 12) foi o primeiro jornal português que se pode identificar com o conceito de matutino independente de informação geral de conceção empresarial, no sentido de ter sido o primeiro jornal português que assumiu o *jornalismo como negócio*. O seu nascimento, em 1864<sup>30</sup>, pela mão de Eduardo Coelho (figura 13), mentor do projeto, e do seu sócio, Tomás Quentino (figura 14), industrial e dono da tipografia onde o DN se veio a imprimir, constitui, por isso, um acontecimento histórico de relevo para a imprensa portuguesa, um marco histórico, pelo que, simbolicamente, encerra o período da história da imprensa portuguesa aqui estudado — podendo, igualmente, abrir o período seguinte. O DN e os jornais que seguiram, em maior ou menor grau, o seu modelo, ou que a ele se tiveram de render, assentaram num paradigma de produção de conteúdos que elegeu a informação noticiosa de interesse geral como elemento estruturante e que fez da captação de anúncios publicitários a sua principal fonte de financiamento e lucro.

Embora tenham existido outros jornais noticiosos generalistas independentes em Portugal, o *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português bem-sucedido a surgir com os objetivos de sustentar a produção e difusão de notícias de interesse geral e dar lucro aos seus

30 O DN iniciou a sua publicação regular no início de 1865, embora o seu número programa date de 29 de dezembro do ano anterior. Por este motivo, considera-se 1864 como o ano da fundação do jornal, embora, em boa verdade, fosse mais correto considerar-se 1865.

promotores por meio, sobretudo, da venda de espaço para publicidade, e não tanto pelo produto das vendas nas bancas e nas ruas, nem pela receita das assinaturas, nem, muito menos, pela dependência de patrocínios privados de indivíduos e grupos de poder interessados em terem jornais ao seu serviço.

A ideia em que assentou o DN, em si, não era nova, mas o *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal deste tipo a ter êxito no país, perdurando de 1864 até hoje, graças à firme estrutura empresarial e jornalística que o sustentou desde o início.

O DN distinguiu-se, ainda, por não pretender ser voz pública de um partido, por não querer ser conotado com qualquer tendência partidária nem ser um veículo de informação especializada<sup>31</sup>. Pelo contrário, sempre se notabilizou pela independência política, pelo carácter generalista dos seus conteúdos e pela implantação de um modelo de negócio jornalístico que não apenas assegurava lucro aos investidores como também permitia a independência do jornal. Esse modelo de negócio — ainda hoje dominante — encara a notícia como uma mercadoria transacionável, com valor de troca, e não só como um bem socialmente útil e relevante. A notícia incrementa o interesse dos leitores, promove o aumento das tiragens e, assim, faz crescer o interesse dos anunciantes, os quais, na verdade, pagam o jornal, permitem que este seja vendido abaixo do preço de custo e dão lucro aos investidores.

Nesse modelo, os anúncios publicitários tornam-se, conseqüentemente, a principal fonte de rendimento e lucro do jornal. As vendas em banca ou por assinatura são importantes, mas não tanto quanto as receitas da publicidade. O baixo preço por exemplar, em banca ou por assinatura, quando associado a conteúdos de interesse socialmente transversal, gera procura elevada e, conseqüentemente, tiragens grandes, as quais, por sua vez, atraem mais anunciantes. O público — massivo, dado o baixo preço por exemplar — busca nos jornais a notícia e, mais raramente, o anúncio; mas é exposto, idênticamente, à notícia e ao anúncio, podendo optar por consumir um, os dois ou nenhum.

O DN não apenas mostrou que um projeto moderno, independente, de jornalismo informativo e, especificamente, noticioso generalista podia vingar no país, como também demonstrou que, para sobreviver, um grande jornal independente e informativo necessitava de possuir um modelo de negócio viável, assente nas receitas da publicidade, mais do que nas vendas e assinaturas, e uma organização de tipo empresarial.

O *Diário de Notícias* introduziu, por isso, uma secção de anúncios a baixo preço (logo no primeiro número, o jornal anunciava que recebia anúncios a vinte réis a linha). Esses

---

31 Recorde-se que quando o DN surgiu existia uma imprensa informativa especializada, solidamente implantada, apartidária e independente. Havia jornais e revistas culturais e enciclopédicos, literários, musicais, teatrais, sobre belas-artes, económicos etc. Também existiam jornais noticiosos independentes. O que o *Diário de Notícias* trouxe pela primeira vez para Portugal foi um projeto jornalístico informativo, até mais propriamente noticioso, generalista, apartidário, independente, sólido, que, assente numa organização empresarial, procurava dar lucro aos investidores.

anúncios apresentavam-se mais ou menos organizados tematicamente (publicações, vendas, leilões...), o que facilitava a vida ao leitor, e possuíam títulos que os sinalizavam. Essa opção de design e organização dos conteúdos teve popularidade instantânea. Aliás, em plena Revolução Industrial, os bens e serviços necessitavam de se tornar notórios e diferenciados para serem consumidos. O anúncio na imprensa era um meio para se atingir esse fim.

Não eram somente comerciantes e industriais que buscavam na imprensa um meio para anunciarem ou demandarem um produto ou um serviço. Particulares que procuravam algo, queriam oferecer os seus préstimos ou queriam vender alguma coisa também precisavam de anunciar na imprensa para propagarem as mensagens. O pequeno anúncio, por vezes de uma ou duas linhas, barato para o anunciante, tornou-se o dispositivo mais apropriado para esse fim. E o DN foi o primeiro projeto jornalístico sólido a entendê-lo em Portugal.

Efetivamente, enquanto os jornais políticos e partidários, e mesmo alguns periódicos especializados, buscavam nas vendas em banca e nas ruas e por assinaturas, ou no patrocínio de indivíduos interessados em exercerem influência pública por meio da imprensa, a sua principal fonte de rendimento, o *Diário de Notícias* procurou, desde o seu início, gerar lucro pela publicação de anúncios publicitários, curtos ou extensos. O DN tornou a publicação e consulta de anúncios publicitários uma rotina. Era o anúncio a garantir a sobrevivência e o lucro do jornal e, portanto, a receita dos anúncios era, tal como ainda é, a principal fonte de financiamento da operação jornalística. Além disso, o anúncio, retroativamente, gerava interesse pelo jornal e promovia a sua circulação. Isto é, as notícias interessavam ao público, mas os anúncios também.

Com o DN, a publicidade tornou-se, finalmente, em Portugal, como já o era noutros países, a fonte prioritária de rendimento de um periódico. O lucro gerado pela publicidade crescente permitiu contratar mais colaboradores; adquirir novas rotativas e outros equipamentos, que possibilitaram o aumento da tiragem. Viabilizou, também, um forte investimento na produção autónoma, independente e própria de informação, incluindo a instituição e manutenção de uma rede de correspondentes, essencial para que os conteúdos fossem geograficamente diversos. Deu solidez à empresa, assegurando a independência do jornal face aos poderes externos e a pressões de toda a índole. Tiragens maiores, sustentadas pelas receitas publicitárias, mercê de tecnologia adequada, possibilitaram a prática de um baixo preço de venda por exemplar, inferior, até, ao custo de produção. Um exemplar do jornal era, efetivamente, vendido a um preço inferior ao que, para a empresa, custava produzi-lo, já que a publicidade compensava a perda e ainda dava lucro.

O contexto da época foi favorável ao projeto de jornal de empresa protagonizado pelo *Diário de Notícias*. O DN nasceu em plena Revolução Industrial e no miolo da Regeneração. As políticas da Regeneração preconizavam o progresso material e a modernização do país. Um projeto como o do DN respondia aos anseios de modernidade na imprensa, imitando os diários noticiosos populares, independentes e apartidários que obtinham êxito assinalável em vários países estrangeiros, a vizinha Espanha incluída.



**Figura 12**  
Primeira página do primeiro número (número-programa) do *Diário de Notícias*.  
Fonte: reprodução do original.



**Figura 13**  
Eduardo Coelho, fundador do *Diário de Notícias*.  
Fonte: Cunha, 1914, s/n.



**Figura 14**  
Tomás Quintino, cofundador do *Diário de Notícias*.  
Fonte: Cunha, 1914, s/n.

Os leitores procuravam no DN notícias e informações que lhes permitissem orientar-se na sociedade; interagir, informadamente, com os demais e, quiçá, disfrutar de momentos de ócio e entretenimento. Os jornais de partido, ao invés, buscavam, sobretudo, fidelizar apoiantes, fortalecer as convicções dos militantes já convencidos, mesmo que não pudessem prescindir de dar notícias, normalmente interpretadas em função da corrente ideológico-partidária de cada jornal.

Nos jornais de partido, as notícias das Cortes e da esfera política governativa e partidária constituem, possivelmente, os casos mais relevantes de matérias nas quais se nota a fusão entre facto/informação e interpretação/opinião. Nesses periódicos, inclusivamente, a política era o prato forte. No DN, pelo contrário, a política era somente uma das vertentes do noticiário. A notícia de interesse geral era, no DN, o prato principal.

O *Diário de Notícias* era, além disso, barato. O seu preço, inferior ao dos principais jornais político-noticiosos de partido, era acessível a muitas bolsas. Só assim lograva atingir uma circulação que lhe garantia o afluxo de publicidade indispensável para a sua sobrevivência.

Assim, o DN vingou e prosperou. Graças ao baixo preço a que era vendido, deu, inclusivamente, origem a uma explosão do número de ardinhas, que o apregoavam e vendiam nas ruas.

O jornalismo noticioso protagonizado pelo DN, dirigido a toda a gente, cultivando uma linguagem simples e direta, apostado na expansão do seu público e na captação de receitas pela venda de espaço para anúncios publicitários teve, no entanto, dificuldades de aceitação pelo resto da imprensa. O meio jornalístico era vincadamente conservador, elitista e politizado. Todavia, contra a corrente dominante, o *Diário de Notícias*, apesar de muito criticado pela imprensa política, que via no privilégio à notícia de interesse geral, sobretudo à notícia de *interesse humano*<sup>32</sup>, por vezes *sensacional*, *emotiva*, um abastardamento do jornalismo, foi muito bem aceite pelo público em geral e cedo se revelou um empreendimento de sucesso. O anúncio publicitário, aliás, tornou-se, também, vital para a sobrevivência da imprensa de partido, a partir do momento em que teve de competir com a imprensa noticiosa industrialmente organizada.

A imprensa noticiosa não era, porém, uma imprensa politicamente amordaçada. Essa imprensa podia ter *voz pública*, por meio de editoriais e artigos de fundo. Mas quando tinha *voz pública*, essa voz era assumida como a *voz do povo*, ou a *voz da nação*, ou a *voz do país*, ou a *voz da razão* e do *bom-senso*, e nunca a voz de um partido ou de uma facção política.

O número programa do *Diário de Notícias* apontava, já, para um modelo de jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (predominantemente noticiosos e generalistas), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma (paginação a quatro colunas e, depois, a sete e dez colunas, à medida que também aumentava a dimensão das

32 O DN, por exemplo, no número programa noticiou o “imoral” rapto de uma virgem por um marinheiro. A moça, contudo, regressou a casa “pura e imaculada”.

páginas), na dimensão (sensivelmente semelhante aos atuais tabloides, evoluindo, depois, para o *broadsheet*) e ainda no preço (dez réis por exemplar, menor quando vendido por assinatura). Esta renovada e contemporânea perspetiva do jornalismo noticioso e informativo, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado, essencialmente, como negócio, era, de resto, clara aos olhos dos investidores no projeto, que, na primeira página do primeiro número, anunciavam “Ao Público”:

*O Diário de Notícias* – o seu título o está dizendo – será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo fácil, e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas, literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor. Escrito em linguagem decente e urbana, as suas colunas são absolutamente vedadas à exposição dos atos da vida particular dos cidadãos, às injúrias, às alusões desonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos – para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos.

Primando pela independência em relação às forças políticas e pela neutralidade nos confrontos políticos; eliminando o artigo de fundo, que definia o posicionamento político de um jornal; não sustentando polémicas nem discutindo política; eliminando a linguagem quente e, por vezes, ofensiva, suscitada pelas paixões políticas, em favor de uma atitude neutra, cordata, urbana, contida e politicamente independente; procurando registar os acontecimentos factualmente e “com a possível verdade”; oferecendo, com concisão, informações e notícias sobre as quais todos podiam tecer opiniões, em vez de (raramente...) disponibilizar teorias, opiniões e argumentos prontos a consumir, o *Diário de Notícias* tinha encontrado a fórmula certa para se fincar com sólidas raízes na paisagem jornalística portuguesa, contribuindo, ademais, para a sua modernização.

Outra novidade introduzida pelo DN em Portugal foi a implementação de um sistema organizado de recolha de informações para o noticiário, por meio de uma rede de correspondentes espalhados pelo país. Contemporâneo do telégrafo, das agências noticiosas, dos caminhos-de-ferro, o DN, efetivamente, chegava a todo o lado e de todo o lado lhe enviavam informações (tinha correspondentes em várias cidades portuguesas, no Brasil e em Espanha), o que não obstava a que também manifestasse iniciativa ao fabricar informação nova de produção própria.

Os folhetins também cedo fizeram a sua aparição no DN. Os grandes nomes da literatura



colaboravam, à época, assiduamente com a imprensa em geral, tal como os homens políticos colaboravam com a imprensa política. Em 1867, por exemplo, teve grande sucesso, no *Diário de Notícias*, o folhetim *A Bruxa do Vale*, de Jaime Moniz. Mas o mais importante e mais-bem sucedido folhetim do DN, que muito contribuiu para a popularização do jornal, foi *O Mistério da Estrada de Sintra*, da autoria de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, publicado entre 24 de julho e 27 de setembro de 1870.

Também contribuíram para o sucesso do jornal a introdução de rubricas de entretenimento e ilustração e de moda e assuntos femininos. O DN ia conquistando todos os públicos, incluindo as mulheres e os jovens, ao contrário do que sucedia com a imprensa doutrinária, que quase somente suscitava o interesse da elite masculina politizada.

A corrente transformadora de modernização do setor da imprensa aberta pelo *Diário de Notícias* obrigou à metamorfose dos jornais políticos. Estes, para agregarem valor aos conteúdos, deram destaque crescente às notícias da atualidade, mesmo quando delas faziam leituras políticas. O crime e os escândalos, por exemplo, constituem temáticas que foram sendo incorporados na imprensa partidária, cujo perfil editorial se tornou, crescentemente, político-noticioso. Por outro lado, o principal desafio para quem criava um novo jornal passou a ser a sustentabilidade e a viabilidade da empresa jornalística que o publicava, ainda que muitas funcionassem periclitantemente.

As principais empresas jornalísticas eram, portanto, cada vez maiores e mais sofisticadas, albergando, por exemplo, tipografia própria, serviços administrativos e de venda de publicidade e redações cada vez mais povoadas, nomeadamente por noticiaristas, encarregues da elaboração do noticiário sem o qual já nenhum diário já podia passar.

As mudanças sociais e os novos públicos levaram, igualmente, a transformações progressivas nos jornais. A política perdeu lugar para as notícias de interesse geral na generalidade da imprensa e as vendas subiram, bem como a afluência de publicidade.

## Conclusões

Entre 1820 e 1864, imprensa informativa portuguesa de grande circulação agrupou-se, essencialmente, em torno de três tipos de publicações:

- a) Os jornais políticos, periódicos combativos que, não obstante, assumiram, crescentemente, uma linha editorial político-noticiosa.
- b) As revistas culturais e literárias, dedicadas à difusão do conhecimento. Estas podiam ser ilustradas ou não ilustradas, sendo as primeiras mais bem-sucedidas.
- c) Os periódicos informativos especializados, como os de natureza comercial, financeira e económica, que supriam algumas das carências de informação de determinados nichos do mercado.

Entre esses periódicos, a imprensa política foi dominante.

Efetivamente, a enorme vitalidade da imprensa oitocentista portuguesa, entre 1820 e 1864, deveu-se muito ao surgimento e desenvolvimento dos periódicos políticos, pelos quais passaram as lutas ideológicas e pelo poder que caracterizaram o período. Graças aos jornais políticos, desde 1820 que o espaço público, em Portugal, se ampliou, galgando as fronteiras do governo, dos círculos políticos e do parlamento. Pode mesmo dizer-se que o poder dessa imprensa política, residiu, principalmente, na capacidade de dar expressão simbólica e pública aos mecanismos de poder, contrapoder, balanceamento e arbitragem que, permanentemente, interagem no espaço social, quer em momentos de equilíbrio, quer em momentos de rutura. A publicação de um jornal permitia, inclusivamente, que grupos políticos não representados nas duas câmaras do parlamento tivessem a possibilidade de usufruírem de uma *voz pública*. Era o jornalismo, enfim, que facultava aos grupos de cidadãos fazerem-se ouvir na esfera pública, num tempo em que as forças políticas apresentavam, ainda, uma estrutura embrionária e debilidade ideológica e doutrinária. Na verdade, esses grupos políticos refletiam, sobretudo, a segmentação da elite social em grupos de interesses.

A primeira geração de periódicos políticos portugueses era caracterizada pelo seu carácter artesanal e individual. Muitos desses periódicos, de preço elevado, dirigidos à elite masculina e letrada que queria acompanhar e mesmo envolver-se nos assuntos públicos, eram empreendimentos individuais, obras de indivíduos isolados, e assentavam na prática de um discurso inflamado e retórico sobre os problemas e ocorrências da época, só raramente dando notícias sobre os acontecimentos coevos.

No entanto, a segunda geração de jornais políticos portugueses, que se afirma entre 1834 e 1864, é caracterizada pela empresarialização dos projetos jornalísticos (incluindo o aparecimento de sociedades por ações com tipografia própria), pela diversificação dos assuntos cobertos (política, agricultura, tecnologia, educação, indústria...) e pela inclusão de um noticiário (local, regional, nacional e internacional) e de informações comerciais (preços, cotações, movimentos de navios...). Os artigos políticos, nomeadamente o artigo de fundo, ou simplesmente fundo, antepassado do editorial, era, no entanto, o vértice dos conteúdos dos jornais políticos. A sua escrita estava reservada ao redator-principal ou a outro nome sonante de um jornal.

Após 1851, os temas da discussão política favoreceram, além disso, um debate político mais urbano e cordato, mesmo quando era vivo, centrado em questões como as infraestruturas, a educação, a promoção da atividade industrial e da agricultura, os impostos e a crescente dívida pública. Os jornais políticos portugueses foram-se, enfim, sofisticando, tornando-se vozes extraparlamentares dos partidos e movimentos políticos. Aproveitaram, ainda, as correntes transformadoras da industrialização e modernização da imprensa, metamorfoseando-se em jornais cada vez mais *político-noticiosos*. As notícias e outras informações viram a sua importância aumentar, não somente nos jornais políticos, mas na imprensa periódica em geral.

Em 1864, o nascimento do *Diário de Notícias* representa, simbolicamente, o fim da era pré-industrial da imprensa portuguesa e a sua entrada num novo período — o da industrialização. O DN foi, efetivamente, o primeiro diário de informação geral português sólido e independente, o primeiro diário nacional assente num projeto empresarial que obtinha receitas, sobretudo, dos anúncios publicitários. Afirmou valores relevantes para o jornalismo contemporâneo, como a independência, a imparcialidade e o apartidarismo. Adotou, desde o início, uma linha editorial cuja matriz era, primeiramente, noticiosa. Conseguiu sobreviver fidelizando um público massivo. Isso não se obtinha com retórica política para um grupo específico de fiéis. Somente a notícia de *interesse geral*, à qual, por vezes, se adicionava *interesse humano, sensação e emoção*, podia satisfazer uma procura que se queria e era, efetivamente, crescente. O DN dirigia-se, assim, a todos os portugueses alfabetizados e não a uma elite. Era um jornal manifestamente interclassista: interessava ao homem e à mulher, ao operário e ao burguês, ao idoso e ao jovem.

O *Diário de Notícias* deu um forte impulso à transformação da imprensa portuguesa. A imprensa política partidária, que já vinha a assumir uma linha editorial crescentemente político-noticiosa, viu-se obrigada a prestar crescente atenção aos assuntos da atualidade, sob a forma de notícias e mesmo, mais tarde, de entrevistas e reportagens, fizesse, ou não, leituras políticas desses acontecimentos.

## Bibliografia

- Alves, J. A. S. (1987). *O Português e o discurso de saber/poder. Cultura — Revista de História e Teoria das Ideias*, 6, 699-724.
- Alves, J. A. S. (2005). *Glória, memória e mito: o periodismo vintista (1820-1823)*. Media XXI.
- Alves, J. A. S. (2005). *Ideologia e política na imprensa do exílio. “O Português” (1814-1826)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Alves, J. A. S. (2005). *O periodismo político da pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824-1836): um mundo cativante e multifacetado*. Media XXI.
- Alves, J. A. S. (2005). *O poder da comunicação*. Casa das Letras.
- Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses — Do século XIX ao Marcelismo*. Escritório.
- Baptista, J. (1977). *Alexandre Herculano: Jornalista*. Bertrand.
- Cabrera, A. (Org.). (2011). *Jornais, jornalistas e jornalismo (séculos XIX e XX)*. Livros Horizonte.
- Cádima, F. R. (2002). *História e crítica da comunicação*. Edições Século XXI.
- Carqueja, B. (1924). *O Comércio do Porto ao completar setenta anos. Notas para a sua história*. O Comércio do Porto.
- Carqueja, B. (1934). *O Comércio do Porto ao completar 80 anos. Notas para a sua história*. O Comércio do Porto.
- Carrasco, C., Cunha, C., & Pintassilgo, J. (1983). O mais célebre jornal clandestino português. *História*, 56, 58-69.
- Cavroé, P. A. (1821). *Resposta ao papel intitulado Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios com o responso de Santo António contra a descoberta da malignidade dos aleijões solapados*. Imprensa Nacional.
- Cordeiro, C. & Serpa Silva, S. (Coords.). (2009). *A história da imprensa e a imprensa na história. O contributo dos Açores*. Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores & Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.
- Cunha, A. (1891). *Eduardo Coelho. A sua vida e a sua obra. Alguns factos para a história do jornalismo*. Tipografia Universal. <https://purl.pt/26835/4/>
- Cunha, A. (1914). *O Diário de Notícias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*. Diário de Notícias. <https://purl.pt/26833>
- Diário de Notícias. (1925). *Diário de Notícias: O grande jornal português*. Diário de Notícias.
- Dias, A. C. (1966). *Discursos sobre a liberdade de imprensa no primeiro parlamento português 1821: Textos Integrais*. Portugalia.
- Dourado, M. (1957). *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Bibliex.
- Ferreira, J. P. R. (1992). *O jornalismo na emigração. Ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Foyos, P. (2015). *O “Grande Jornalzinho” da Rua dos Calafates. História do Diário de Notícias nos primórdios da publicação*. Prelo.
- Freire, J. P. (1939). *O Diário de Notícias. Da sua fundação às suas bodas de diamante* (vol. I). Empresa Nacional de Publicidade. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/diariodenoticias/ODiariodeNoticias-Vol1.pdf>
- Freire, J. P. (1939). *O Diário de Notícias. Da sua fundação às suas bodas de diamante* (vol. II). Empresa Nacional de Publicidade. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/diariodenoticias/ODiariodeNoticias-Vol2.pdf>
- Henriques, L. N. P. (2015). *Ilustração: imagem da Modernidade em Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade de Barcelona]. <http://hdl.handle.net/2445/66422>
- Imprensa do Porto (1882). *António Rodrigues Sampaio: Honmenagem prestada à sua memória pela imprensa do Porto*. Real Tipografia Lusitana.
- Leal, G. (1881). *O Renegado. A António Rodrigues Sampaio. Carta ao velho panfletário sobre a perseguição da imprensa*. Tipografia Largo dos Inglesinhos. <https://purl.pt/6577>
- Leal, J. S. M. (1889). *O jornalismo português. Resenha dos jornais publicados de 1628 até Outubro de 1889*. S/e.
- Macedo, J. A. (1821a). *Cordão da peste ou medidas contra o contágio periodiqueiro*. Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Macedo, J. A. (1821b). *Reforço ao cordão da peste*. Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Macedo, J. A. (1821c). *Exorcismos contra periódicos e outros malefícios*. Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho. [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/Exorcismos/Exorcismos\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/Exorcismos/Exorcismos_item1/index.html)
- Martins, R. (1942). *Pequena história da imprensa portuguesa*. Inquérito.
- Mesquita, J. C. V. C. (1997). *A ilustração nas publicações periódicas portuguesas (1820-1850)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/19448>
- Miranda, P. C. G. M. (2005). *O jornalismo em Portugal. Elementos para a arqueologia de uma profissão (1865-1925)*. [Tese de doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/11854>
- Miranda, P. G. (2002). *As origens da imprensa de massas em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/15086>
- Miranda, P. G. (2014). *De políticos e escritores a jornalistas profissionais: jogos de identidade (1865-1925). As origens do arquiteto da informação*. Chiado Editora.
- Pereira, A. X. da S. (1895a). *Dicionário Jornalístico Português* (12 vols. manuscritos). Academia Real das Ciências/Autor.
- Pereira, A. X. da S. (1895b). *O jornalismo português. Resenha cronológica de todos os periódicos portugueses impressos e publicados no Reino e no estrangeiro desde meados do século XVI Até à morte do saudoso Rei Senhor D. Luís I, bem como os jornais em língua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português*. Tipografia Soares.
- Pereira, A. X. da S. (1897). *Os jornais portugueses. Sua filiação e metamorfoses. Notícia suplementar alfabética de todos os periódicos mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português recentemente publicada pelo mesmo autor e agora correta e aumentada*. Imprensa de Libano da Silva.

- Pereira, A. X. da S. (1901). *Leis de imprensa promulgadas em Portugal. Memória oferecida ao Exm<sup>o</sup> Senhor Conselheiro Bernardino Machado*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, A. M. (2014). *O museu de imagens na imprensa do Romantismo. Património arquitetónico e artístico nas ilustrações e textos do Arquivo Pittoresco (1857-1868)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, J. M. C. (1850). *A imprensa e o conde de Tomar*. Tipografia da Rua da Bica de Duarte Belo.
- Ribeiro, J. S. (1871-1886). *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal*. Academia Real das Ciências de Lisboa. <https://purl.pt/173/4/>
- Ribeiro, M. M. T. (1984). Subsídios para a história da liberdade de imprensa: meados do século XIX. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, VI, 461-529.
- Ribeiro, M. M. T. (1988). A imprensa portuguesa e as revoluções europeias de 1848. *Cultura, História e Filosofia*, VI, 413-452.
- Ribeiro, M. M. T. (2009). Imprensa: liberdade e censura nos meados de Oitocentos. In C. Cordeiro & S. Serpa Silva (Coord.), *A história da imprensa e a imprensa na história. O contributo dos Açores* (pp. 73-108). Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores & Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.
- Rosado, N. (1966). *A imprensa*. Ministério da Educação Nacional/Direção-Geral do Ensino Primário.
- Sant'anna, B. C. L. (2007). *Ilustração Brasileira (1854-1855) e a Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859): Uma contribuição para o estudo da imprensa literária em Língua Portuguesa* [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2007.tde-02102007-141548>
- Santa'Anna, B. C. L. (2009). *O Panorama (1837-1868): História de um jornal. Patrimônio e Memória*, 4(2), 236-254. <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/187/511>
- Santos, M. H. C. (1980). Imprensa periódica clandestina no século XIX: O *Portuguez* e a Constituição. *Análise Social*, XVI(61/62), 429-445. [http://analisesocial.ics.ul.pt/?page\\_id=12](http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=12)
- Santos, M. L. C. L. (1985). *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Editorial Presença.
- Santos, M. L. C. L. dos (1979). Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). *Análise Social*, XV(57), 69-115. [http://analisesocial.ics.ul.pt/?page\\_id=9](http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=9)
- Silva, A. M.. (1998). A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: Cartismo, Setembrismo e Cabralismo. In J. Mattoso (Dir.), L. R. Torgal, & J. L. Roque (Coords.), *História de Portugal — O Liberalismo* (vol. V, pp. 77-89). Estampa.
- Silva, J. L. M. S. L. (2006). *O diário A Revolução de Setembro (1840-1857): Música, poder e construção social da realidade em Portugal nos meados do século XIX* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/126236>
- Silva, J. L. R. O. (2014). *O Panorama (1837 — 1844). Jornalismo e ilustração em Portugal na primeira metade de oitocentos*. LabCom. <http://labcom.ubi.pt/livro/115>
- Soares, E. (1940/1941). *História da gravura artística em Portugal. Os artistas e as suas obras* (2 vols.). Instituto de Alta Cultura.
- Soares, E. (1951). *Evolução da gravura de madeira em Portugal: Séculos XV a XIX*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Soares, E., Carneiro, P. D., Santos, P. M. dos, Meireles, C., & Rosas, L. (1999). *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*. Instituto Português dos Museus/Ministério da Cultura.
- Soriano, S. J. L. (1854). *A quadrilha dos senhores António Rodrigues Sampaio, Francisco Tavares de Almeida, António Pedro de Carvalho e António dos Santos Monteiro ou duas cartas ao redator da "Imprensa e Lei" com uma introdução da defesa do deputado por Angola Simão José da Luz Soriano*. Tipografia da Rua dos Douradores n.º 31.
- Sousa, F. (Ed.). (2020). *Os jornais oficiais em Portugal e no Mundo. Da história impressa à memória digital*. CEPESE — Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- Sousa, J. M. M., & Veloso, L. M. M. (1987). *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra Editora.
- Sousa, J. P. & Azevedo, C. (2021). Revistas da Monarquia e I República: uma contribuição para a história da imprensa em Portugal. In C. Baptista, J. P. Sousa, & C. Azevedo (Eds.), *Para uma história do jornalismo em Portugal II* (pp. 74-95). Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/qirm-kpln>
- Sousa, J. P. & Lima, H. (2020). História do jornalismo em Portugal: proposta de periodização. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 9(2), 171-190. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.92202012183>
- Sousa, J. P. & Lima, H. (2021a). Jornalismo do século XIX: Da Monarquia à República. In C. Baptista, J. P. Sousa, & C. Azevedo (Eds.), *Para uma história do jornalismo em Portugal II* (pp. 44-62). Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/hyth-jc9h>
- Sousa, J. P. & Lima, H. (2021b). Para uma periodização da história do jornalismo em Portugal. In C. Baptista, J. P. Sousa, & C. Azevedo (Eds.), *Para uma história do jornalismo em Portugal III* (pp. 10-32). Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/fdpy-xftm>
- Sousa, J. P. (2008). História do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In J. P. Sousa (Org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (pp. 93-118). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2017a). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910. In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Portugal* (vol. II, pp.13-210). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017b). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2018a). Eduardo Coelho e a fundação do *Diário de Notícias*. In J. P. Sousa (Org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 163-192). Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/noticias-em-portugal/>

- Sousa, J. P. (2018b). O jornalismo político português em Oitocentos: notas biográficas e jornalísticas sobre António Rodrigues Sampaio. In J. P. Sousa (org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 103-140). Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/noticias-em-portugal/>
- Sousa, J. P. (2020a). A imprensa portuguesa sob o signo da mudança: a *Gazeta de Lisboa* antes e depois da Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820. In J. P. Sousa (Coord.), *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos* (pp. 139-192). Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/imprensa-e-mudanca-portugal-e-brasil-no-primeiro-quartel-de-oitocentos/>
- Sousa, J. P. (2020b). *Para uma história do jornalismo iconográfico em Portugal. Das Origens a 1926*. Livros ICNOVA. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/para-uma-historia-do-jornalismo-iconografico-em-portugal-das-origens-a-1926/>
- Sousa, J. P. (2021). *Portugal. Pequena história de um grande jornalismo I. Da manufatura à indústria*. Lisboa: Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/hyc1-qblv>
- Sousa, J. P. (Coord.). (2011). *António Rodrigues Sampaio: jornalista (e) político no Portugal oitocentista*. Livros LabCom/Universidade da Beira Interior. <http://labcom.ubi.pt/livro/22>
- Sousa, J. P. (Coord.). (2020). *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos*. Lisboa: Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/imprensa-e-mudanca-portugal-e-brasil-no-primeiro-quartel-de-oitocentos/>
- Sousa, J. P. (Org.). (2018). *Notícias em Portugal: Estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)*. Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/noticias-em-portugal/>
- Sousa, J. P., Tuna, S. & Simões, E. (2014). The Portuguese press during the Monarchy: From its origins to 1910. In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Orgs.), *A history of the press in the Portuguese-Speaking Countries* (pp. 11-112). Media XXI.
- Teixeira, L. (1941). *O Diário de Notícias e o século XIX*. Grupo Amigos de Lisboa.
- Teles, J. J. S. (1864). Apontamentos para a história dos jornais portugueses em 1863. In *Anuário Português Científico, Literário e Artístico, 1863* (pp. 183-192). S/e.
- Tengarrinha, J. (1963). António Rodrigues Sampaio, desconhecido: a vida apaixonante do maior jornalista português. *Gazeta Literária*, X(5), 9 e 18.
- Tengarrinha, J. (1963). Uma importante obra inédita sobre o jornalismo português. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, IV(2), 342-352.
- Tengarrinha, J. (1965). *História da imprensa periódica portuguesa*. Portugália.
- Tengarrinha, J. (1966). La presse illégale portugaise pendant la Guerre Civile de 1846-1847. *Bulletin des Études Portugaises*, XXVII, 137-156.
- Tengarrinha, J. (1974). A oratória e o jornalismo no Romantismo. In *Estética do Romantismo em Portugal. 1º Colóquio. Lisboa, 1970*. Grémio Literário/Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário.
- Tengarrinha, J. (1984). Imprensa. In J. Serrão (Dir.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. 3, pp. 266-272). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa* (2ª ed.). Caminho.
- Tengarrinha, J. (1993). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida*. Edições Colibri.
- Tengarrinha, J. (1999). Imprensa. In A. Barreto & M. F. Mónica (Dirs.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. VIII, pp. 245-247). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. MinervaCoimbra.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Torgal, L. R. (1980). A contrarrevolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação. *Análise Social*, XVI (61-62), 279-292. [http://analisesocial.ics.ul.pt/?page\\_id=12](http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=12)
- Torgal, L. R., & Vargues, I. N. (1998). Produção e reprodução cultural. In J. Mattoso (Dir.), L. R. Torgal, & J. L. Roque (Coords.), *História de Portugal — O Liberalismo* (vol. V, pp. 575-583). Estampa.
- Trindade, L. (2014). Um país de palavras num mundo de imagens. In N. S. Teixeira (Dir.), *História de Portugal (1890-1930 — A crise do liberalismo)*. (vol. III, pp. 99-124). Objectiva.
- Vargues, I. N. (1997). *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. MinervaCoimbra.
- Vieira, C. J. (1850). *A imprensa e a resistência legal. Dever de todos os cidadãos e principalmente dos que protestaram contra a lei repressiva da liberdade de imprensa*. Tipografia do Nacional.